



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

### ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

1 A 61ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, foi realizada entre os dias 19 e  
2 20 de Novembro de 2020, através da plataforma de reuniões online, *Skype*. A abertura da 61ª Reunião Ordinária  
3 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi presidida pela Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres  
4 e Presidente do Conselho CRISTIANE RODRIGUES BRITTO; com a abertura realizada pela  
5 COORDENADORA-GERAL, CRISLANE PINTO, com a presença das Conselheiras representantes do Governo  
6 Federal e da Sociedade Civil: Maria Angélica Iguaracema Rodrigues Da Costa – (SNPPIR), Maíra De Paula  
7 Barreto – (SNPPIR), Danielle Crisna Lanisus – (Casa Civil), Glaucia Tamayo Hassler Sugai – (SEDS), Andrezza  
8 Silva Gonçalves Coelho – (Ministério Da Justiça e Segurança Pública), Jandira Gill Chalu Pacheco – (Ministério  
9 da Saúde), Fabíola De Nazaré Oliveira – (Ministério das Relações Exteriores), Ana Paula Piedade Pedrosa –  
10 (Secretaria Especial Da Previdência e Trabalho Do Ministério Da Economia), Rosângela Rosa Maria Ferreirta de  
11 Melo – (Confederação das Mulheres do Brasil), Vanja Andrea Reis dos Santos – (UBM), Evelin Cavalini Santana  
12 – (Articulação Brasileira de Lésbicas), Eunice Aparecida da Cruz – (BPW), Maria Dirlene Trindade Marques –  
13 (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos), Lucimara Varanis Cavalcante –  
14 (AMSK), Deusimar Corrêa – (Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean), Mara Luzia Feltes – (CUT), Celina Alves  
15 Padilha Arêas – (CTB), Sônia Maria Zerino Da Silva – (CNTI), Adélia Moreira Pessoa – (IBDFAM), Andreмара  
16 Dos Santos – (Conselheira Emérita), Maria Crislane Pinto Pereira, conforme registrado no chat da plataforma  
17 utilizada.

18  
19 A PRESIDENTE CRISTIANE BRITTO, iniciou a sessão cumprimentando os presentes. Após as boas-vidas,  
20 inicia-se com os informes. Para dar início aos trabalhos, é proposto pela secretária Cristiane Britto que seja feito  
21 a aprovação da pauta, e solicita que Crislane faça a leitura da sugestão de pauta encaminhada por e-mail. SRA.  
22 MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA (COORDENAÇÃO DO CONSELHO), afirma que a pauta foi enviada  
23 e aprovada com as alterações propostas pela conselheira Lucimara da AMSK, e inicia a leitura; Dia 20/11, das 9h  
24 às 11h20. Abertura da 61ª reunião ordinária do Conselho nacional dos direitos da mulher, informe de conjuntura,  
25 a aprovação da pauta, a aprovação da ata da reunião extraordinária do dia 18 de setembro de 2020, a aprovação  
26 da ata da sexagésima reunião ordinária de 19 a 20 de agosto de 2020, relatório da comissão organizadora da quinta  
27 conferência nacional de políticas para mulheres, relato da Maristela pelo direito a ser ouvida com imparcialidade  
28 por parte dos desembargadores do tribunal de justiça de Santa Catarina, ao meio-dia pausa para almoço, às 13h30,  
29 retorno aos trabalhos com um relatório das câmaras técnicas, câmara técnica de monitoramento do plano nacional  
30 de política para mulheres, a câmara técnica de planejamento e orçamento, câmara técnica de assuntos  
31 internacionais, a câmara técnica de legislação e normas. Das 15h às 16h10 o relato da Lucinete Tavares  
32 coordenadora executiva do fórum dos direitos da criança e do adolescente do Amapá sobre os desafios no  
33 enfrentamento a violação dos direitos humanos de acesso à energia elétrica e água pela população do Amapá. Às  
34 16h10 às 16h30, Ministério da mulher, da família e direitos humanos, ações de garantia dos direitos humanos da  
35 população do Amapá, vítimas da falta de fornecimento de energia elétrica e desabastecimento de água. Das 16h30  
36 às 18h, projeto dos departamentos da SNPM, departamento de enfrentamento a violência, departamento de  
37 política para mulheres e relações sociais, departamento de promoção e da dignidade da mulher e às 18h  
38 encerramento. Sra. Cristiane Britto pergunta se alguém se opõe a aprovação da pauta, como ninguém se prontifica,  
39 declara aprovada a pauta da reunião, e já sugere que se inicie o primeiro item para dar agilidade, dessa forma



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

informa que conforme já vinham adotando nas outras reuniões, tem-se um limite de sete inscrições, a e que seja feito pelo chat. Sra. Maria Dirlene Trindade Marques – Inicia dizendo que não vai ficar analisando todas as críticas e discordâncias que tem em relação às posições e os encaminhamentos que o governo do Brasil, à presidência do Brasil tem feito. Porém diz que acha que vai tudo contra aquilo que se espera em relação ao tratamento com as pessoas, os seres humanos, a população trabalhadora desse país. Diz ainda que o que está se fazendo em termos econômicos, vai intensificar e aprofundar essa crise, porque tudo que está se fazendo é em prol do capital, em especial, o capital financeiro, e que as últimas medidas é a autonomia do banco central, e que o banco central na realidade, sempre teve muita autonomia, mas que agora é na lei. Ainda diz que pela primeira vez, viu de norte a sul do país, vir à tona para o legislativo a eleição de mulheres da população LGBT, indígenas, dos quilombolas, da população negra, que é um grande avanço, e que também foi muito interessante como que em especial a representação trans vai ter uma superlotação em várias cidades, que em Minas, algo inédito, uma candidata trans, que é a Duda Salabert eleita com uma votação assim, que nunca existiu nem em termos percentuais, nem em termos majoritárias, essa votação na Câmara de Belo Horizonte. Diz ainda que a questão era tornar dar visibilidade à população negra, as mulheres, as trans e que isso foi feito no voto, independente de qual partido que elas estivessem. Sra. Mara Luzia Feltes (Central Única dos Trabalhadores CUT) – Inicia dizendo que está vendo uma mudança de cultura, e fala um pouco de Porto Alegre, na Câmara de vereadores, “nós conseguimos eleger as mulheres, que representam as demandas das classes populares, foram meninas negras e com votação bastante expressiva, a mais votada foi uma menina do PSOL, que foi a mais votada para a Câmara de vereadores de Porto Alegre”. Diz ainda que teve várias companheiras que foram candidatas e que sofreram muita discriminação que isso é inadmissível. Diz ainda que eu está feliz com as votações, com quem está na Câmara, que são jovens mulheres, com muita energia, muita força de vontade e que precisam de apoio pois se colocaram à disposição, que é difícil vencer a eleição, e que depois é mais complicado ainda continuar exercendo o cargo. Solicita então que as conselheiras façam uma nota de repúdio sobre a questão do assassinato da menina, e que acompanhem as mulheres que tiveram coragem de se candidatar. Sra. Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB) – Celina começa lembrando a todas que é o dia da consciência negra, e destacando a necessidade de que é preciso ver a situação de homens e mulheres negras na sociedade, porque são discriminados em todos os campos, no mundo do trabalho, no mundo político, na sociedade de um modo geral. Celina também diz que é preciso dar um repúdio a situação que está acontecendo em Porto Alegre, a Vitória conseguiu ir para o segundo turno, mas sofrendo todos os tipos de discriminação, por ser mulher, e diz ainda que o Conselho precisa fazer uma avaliação criteriosa sobre essas eleições, e um repúdio pela violência que as mulheres sofreram durante a eleição e estão sofrendo ainda, cita ainda o caso da morte no Pará, de uma mulher inclusive, do PT militante, que o ex-marido a matou com facada, paulada, etc., e ainda que tem outra mulher em Florianópolis que também está sofrendo perseguição com ameaça de morte. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos (União Brasileira de Mulheres) - Inicia dizendo que houve um avanço na questão das inscrições de mulheres para a disputa eleitoral, e em alguns lugares na eleição de mulheres diversas, negras, trans. E afirma que o conselho está lutando por esse momento para que as mulheres se posicionem, ou sejam colocadas nos lugares devidos. Cita também o caso da Leila Arruda do Pará que foi assassinada, e da Ana Lucia de Joinville que vem sofrendo ameaça de morte, e que acha que esse Conselho tem que se posicionar de forma firme, porque tem uma deliberação que foi distribuída para todos os Conselhos estaduais, cobrar o Conselho estadual do Rio Grande do Sul, o municipal de Porto Alegre e também se posicionar frente a essas ameaças que a Manuela D'Avila vem sofrendo em Porto Alegre. Sra. Adélia Moreira Pessoa (Instituto Brasileiro de Direito da Família - IBDFAM) - Diz, que gostaria de complementar inicialmente todas as colegas, ao pessoal da secretaria e lembrar dentro dessa temática que está sendo discutida,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

que a cultura milenar tentou raízes profundas e consolidou o silêncio, comissões, preconceitos, que impregnam a cultura atual, inclusive, o mundo político, que sempre foi entendido como espaço masculino. A análise da situação da mulher na política, não pode ser vista como fato isolado, mas é um fenômeno social, resultante de uma complexa combinação de fatores, e a desconstrução desses paradigmas que levaram a essa situação, essa desconstrução tem que ser fomentada em todos os espaços, inclusive, nas formações profissionais. Adélia diz ainda que estão trabalhando nisso, no IBDFAM e também nas escolas superiores de advocacia e nas escolas judiciais, nas escolas do Ministério público, mas não só no sistema de justiça, mas que é preciso posicionamento para que essa formação repasse para todos os agentes que trabalham com políticas públicas para as mulheres, porque se em 88 lutavam para a igualdade formal, hoje lutamos para que a igualdade entre homens e mulheres seja construída, concretizada no espaço social. Propõe ainda que trabalhem este ano na desconstrução desses preconceitos e estereótipos, e principalmente, nas escolas de formação de profissionais, se existem capacitação, tem escolas da administração pública, escolas em todas as áreas, vamos trabalhar, e se coloca à disposição dizendo que seu trabalho todo é voltado para a formação, para a desconstrução dos velhos paradigmas, dos preconceitos. Sra. Sônia Maria Zerino da Silva (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI) – Inicia se posicionando em questão da violência às mulheres na questão da política, que acha pertinente, diz ainda que o Conselho tem o dever de se posicionar com relação a essas coisas que estão acontecendo no país inteiro, não só com as candidatas eleitas, mas com pessoas que foram candidatas e que não conseguiram se eleger, mas que passaram por assédio político durante a campanha, ainda nesse encaminhamento reconhece o trabalho feito pela Cristiane na defesa da luta das mulheres, e solicita que seja feito um trabalho para ver se consegue manter o auxílio emergencial, que se empenhe, e sugere que seja feito talvez um documento no Conselho, se todas concordarem, e afirma que acha pertinente à questão do auxílio emergencial para que a questão da miséria neste país não se agrave muito mais com um batalhão de desempregados, sem perspectiva de desenvolvimento da indústria do comércio deste país. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Diz que pelo que percebeu existem duas situações, e começa pela situação da violência política, e informa que não tem como se manifestar antes do resultado do primeiro turno, e questiona qual encaminhamento dariam, seria uma moção pública se solidarizando com as mulheres, as candidatas eleitas e não eleitas, e cita que teve vários casos de vereadores que foram agredidas, e ameaçadas de morte para desistirem das eleições. Diz ainda que no decorrer da disputa do segundo turno como já foi relatado aqui mulheres que estão disputando, também estão sofrendo violência política, não só nas capitais, mas também não interior. Cita o caso da vereadora de Joinville que foi eleita, está sofrendo ameaça também, várias mulheres que foram eleitas estão sendo ameaçadas de morte para o suplente assumir. Afirma que não imaginava que fosse chegar nesse ápice, elogia a fala da Andrémara, onde diz que falou muito bem, e que todas sabiam que as eleições municipais é onde ocorrem mais violência política contra mulheres, até com agressões físicas e ameaça de morte, mas que tem o sentimento de que nas eleições de 2020, foi surpreendente e que isso superou as expectativas, diz que tem que aproveitar o tanto de observatório que foram criados, os números coletivos femininos, a OAB, o TSE, a ONU mulher que também fez uma campanha, a o conselho participou, e tem que aproveitar esse momento e fazer uma manifestação do Conselho, até porque tem uma resolução. E se o conselho tem uma resolução que combate a esse tipo de violência, e depois do primeiro turno não se manifesta, eu é incoerente. Outra opção é aguardar passar o segundo turno e soltar essa nota de solidariedade, mas em sua opinião pessoal, já colocaria aqui como encaminhamento, e que já elabore essa nota de solidariedade no final do primeiro turno. Diz que também podem encaminhar algum documento para o Ministério público eleitoral e para o TSE, afinal, o TSE lançou um observatório, se comprometeu a combater esse tipo de violência. Então, acha que poderiam cobrar dessas instituições, com todo cuidado por providências em relação a esses casos, porque sabem



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

124 que vários juízes eleitorais, inclusive, ignoram, só remete para a polícia federal, mas não há nenhuma  
125 manifestação para que aquilo fique configurada que é violência política contra a mulher. Sra. Maria Crislane Pinto  
126 Pereira (Coordenação do Conselho) – Serão dois documentos, um em relação a questão da por violência política  
127 contra mulheres no período eleitoral, e a outra que é sobre o auxílio emergencial, solicita que todas que estiverem  
128 de acordo coloquem no chat para dar como aprovado, sugere ainda que seja decidido a forma de publicação, ou  
129 pode pedir a câmara técnica de legislação e normas para poder construir, para a aprovação, ou se alguém se propõe  
130 a construir, moção, quando se tratar de manifestação dirigida ao poder público, e nota técnica, quando se tratar  
131 de comunicação dirigida a sociedade em geral. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Pergunta se alguém  
132 teria condições de auxiliar na construção desse documento. E diz que precisa realmente do apoio a de todas na  
133 construção desses documentos. Sra. Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenação do Conselho) – Informa que a  
134 conselheira Andremares santos se dispõe a ajudar a câmara técnica de legislação e normas a fazer o documento. E  
135 pergunta se existe alguma oposição. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Informa aprovados os  
136 encaminhamentos. E diz que a Daniele, governamental, também se disponibiliza para ajudar na confecção, e  
137 agradece ambas. Sra. Adélia Moreira Pessoa (Instituto Brasileiro de Direito da Família - IBDFAM) – Diz que  
138 gostaria que fosse colocado também alguma coisa, no sentido de uma moção, para que todos os agentes públicos  
139 tenham uma capacitação também nesse setor, porque o machismo campeia em todas as áreas, não só na política,  
140 mas reflete na política e que isso só pode ser desconstruídas através de uma formação, de uma capacitação  
141 continuada, informa ainda que já está sendo feito no CNJ, na OAB, no IBDFAM, em vários locais, mas é  
142 importante que vá também para a assistência social, para a psicologia, para o trabalho, para todas as áreas. Curso  
143 para a mulher, a mulher presa, por exemplo, as internas do PREFEM, são dados de artesanato, como elas vão  
144 sobreviver com artesanato? Isso é resquício de toda uma cultura de subalternidade. Diz ainda que além disso, é  
145 necessário que o Conselho se posicione em relação à educação continuada desses profissionais. Por exemplo, a  
146 Maria da penha, tem uma lei municipal que estabelece que os professores têm que abordar isso em sala de aula,  
147 sobre a lei Maria da penha. Então, é necessário que as pessoas sejam informadas, porque o acesso da mulher passa  
148 necessariamente pelo conhecimento, pela informação. Sra. Lucimara Cavalcante – Diz que a proposta que a  
149 conselheira Adélia colocou não tem nada a ver com os dois documentos que foram aprovados. Sugere ainda que  
150 se ela fez essa proposta, que ela faça a redação e apresente. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Diz  
151 que, queria só falar que o conselho tem alguns projetos que ocorrem no âmbito estadual, no sentido do que a  
152 Adélia falou. Sobre a educação nas escolas da Maria da penha, da lei Maria da penha nas escolas, várias iniciativas  
153 estaduais e tem a iniciativa considerada até pelo CNJ de excelência, que a do tribunal de justiça do Distrito Federal  
154 e territórios, que é o projeto Maria da penha na escola, que a secretaria nacional de política para as mulheres  
155 assinou um acordo de cooperação para expandir para todo o Brasil e vai iniciar pelo Acre, e que vai bem no  
156 caminho da proposta da Adélia, dando a ela a liberdade de construir um texto, com uma proposta. Afirma ainda  
157 que acredita que essa é uma pauta que une a todas, falar sobre os direitos da mulher, Maria da penha, a lei Maria  
158 da penha na escola, é unânime, ninguém vai discordar sobre uma iniciativa tão importante como essa.  
159 Comunicando na sequencia aprovado por unanimidade as iniciativas das propostas anteriores. Aprovado os  
160 encaminhamentos, sugere passar para o próximo item, a aprovação da ata. A ata foi enviada por e-mail para  
161 análise de todas, a única conselheira que enviou alterações foi a conselheira Lucimara AMSK e foram todas  
162 atendidas. Solicita então, que se tiverem alguma objeção, que escrevam no chat para que possam dar como  
163 aprovada a ata extraordinária de 18 de setembro de 2020. Declara, então, aprovada a ata da reunião extraordinária  
164 ocorrida dia 18 de setembro de 2020. Próximo item, a aprovação da ata da 60ª reunião ordinária de 19 e 20 de  
165 agosto de 2020, e pergunta se existe alguma uma objeção. Declara aprovada a ata da 60ª reunião ordinária ocorrida



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

166 dia 19 e 20 de 2020. Próximo item da pauta, relatório da comissão organizadora da quinta conferência nacional  
167 de política para as mulheres. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos (União Brasileira de Mulheres) – Inicia dando  
168 as boas-vindas a Gláucia, que é representante governamental. E diz que a comissão organizadora se reuniu para  
169 fazer ajustes na Portaria, no regimento interno, e que terão que fazer alguns ajustes necessários, como a definição  
170 do papel de cada comissão que propuserem dentro do regimento interno, comissão de comunicação, de  
171 mobilização, diz ainda que o que não ficou bem resolvido dentro desse debate foi exatamente a função... Não a  
172 função, mas de que forma as comissões vão se reunir para organizar a conferência, por conta desse momento de  
173 pandemia que ainda está no país, foi colocado que as reuniões seriam todas virtuais, entretanto, como está  
174 caminhando para 2021, está tendo estudo da vacina, ainda não se sabe quando vai ficar pronta, e que não pode  
175 pensar numa conferência organizada apenas virtualmente. Afirma ainda que estão num impasse nesse momento,  
176 porque a representação da secretaria e do Ministério disseram que é preciso primeiro provar que tem recursos  
177 para poder adequar e dizer que irão se reunir presencialmente, ficaram de fazer uma consultoria ao jurídico, outras  
178 conferências e a outras formas de outras pessoas para que pudesse resolver definitivamente essa questão que ficou  
179 pendente no debate. Em seguida passa a palavra para Lucimara, fazer os complementos do informe. Sra. Lucimara  
180 Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) – Inicia dando boas vindas as novas conselheiras que ingressam nessa reunião  
181 do CNDE. Explica o que irão fazer agora é analisar as recomendações de assessoria jurídica do Ministério,  
182 referente ao regimento interno da conferência, e que alguns pontos não estão de acordo com o decreto que saiu  
183 em 2018. Diz ainda que o que falta do regimento interno são as considerações da assessoria jurídica que tem que  
184 seguir o decreto 9191 de 2020... 2019, desculpa, e que a administração pública estabelece alguns itens para  
185 reuniões de comitês, grupos de trabalho, comissões, e uma delas é que isso seja feita por vídeo conferência, então,  
186 tendo em vista que não houve consenso e o horário já estava avançado, será criado um e-mail. Afirma ainda que  
187 a sociedade civil, não está de acordo em colocar que as reuniões sejam por vídeo conferência. Pois dessa forma o  
188 governo nunca terá disponibilidade de recursos para que haja reuniões presenciais. Esse regimento, tem um ponto  
189 que é a Portaria que vai adiar a data da conferência, mais uma vez. Essa Portaria que tem que sair pelo Ministério,  
190 ela é para anteontem, porque? Na data que estava a outra Portaria que adiou a data da conferência, a conferência  
191 seria na próxima semana. Então, essa Portaria tem que sair em caráter de urgência, no diário oficial, como  
192 suplementação ou sábado e domingo, porque terça-feira que seria a data da outra conferência. Isso é um ponto.  
193 Porque a convocação foi feita por decreto. Afirma ainda que todo o esforço que foi feito em fazer a resolução no  
194 mês de agosto está inválido. Pede que as conselheiras se empenhem em ajudar, porque a comissão de organização  
195 da quinta conferência chegou num ponto que se não ajudarem, vai ficar difícil. Todas têm que ter consciência do  
196 que está acontecendo sobre esse fluxo administrativo. Existe o fluxo administrativo da gestão pública. E alerta a  
197 todas sobre a importância de se apropriarem, que tem que ter esse conhecimento para não ficar do jeito que está.  
198 Diz ainda que tem que colocar na redação todos esses pormenores que são impedimentos para a realização da V  
199 Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Afirma que a comissão organizadora, vai fazer todo o  
200 empenho para sair o mais breve possível, esse documento orientador, do regimento interno, porque sem regimento  
201 interno como é que os estados vão se orientar? Pede como encaminhamento que haja também da secretaria de  
202 política para as mulheres o empenho nesse trabalho junto com as conselheiras do Conselho nacional dos direitos  
203 da mulher, para que possa resolver tudo isso até dezembro, independente de quem sair de férias, quem sair de  
204 licença, ou de licença de saúde, mas que se tenha o ponto focal de fato. A Cristiane Rodrigues Britto (Presidente)  
205 se manifesta sobre a coordenação do Conselho, e afirma que não há nenhuma previsão da Crislane sair de férias,  
206 e que ela continua sendo o ponto focal enquanto coordenadora, e que esse trabalho é de competência dela,  
207 aproveita ainda para pedir, na linha do que a Lucimara também falou o empenho de todas as conselheiras para



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

208 auxiliar nos acompanhamentos. A Conselheira Deusimar Corrêa (Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean) – Diz  
209 que precisa que o governo tenha mais empenho no que está aí exposto, mulheres negras sendo agredidas, mulheres  
210 na política sendo agredidas, mulheres de qualquer faixa etária sendo agredidas e nada, assim, muito pouco tem  
211 sido feito, acha ainda que tem que ter empenho para fazer muito mais. Então, gostaria que tivesse uma solução  
212 bem rápida para o que está pedindo. A Sra. Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenação do Conselho) – Se  
213 manifesta dizendo que a comissão organizadora aprovou o calendário da própria comissão organizadora para o  
214 ano que vem, como é ano de conferência, precisa de reuniões frequentes. Então, foi aprovado o calendário com  
215 reunião mensal. Apresenta para todas para que tenham conhecimento do calendário da comissão organizadora e  
216 aquelas que queiram participar. Mesmo não sendo componentes. O cronograma de reuniões da comissão  
217 organizadora da quinta conferência nacional de política para mulheres em 2021, em janeiro a comissão vai se  
218 reunir dia 14 de janeiro, em fevereiro de 22, segunda-feira, em março no dia 31, quarta-feira, abril dia 30 sexta,  
219 em maio dia 31 na segunda, em junho no dia 30, na quarta, em julho no dia 30 na sexta, em agosto dia 31 terça-  
220 feira, setembro no dia 30 quinta-feira, outubro dia 25 segunda-feira, novembro durante a conferência e após, no  
221 dia 22, que é uma segunda-feira. Esse é o calendário da comissão organizadora para 2021 aprovado pela comissão.  
222 Sra. Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB) – Diz que essa  
223 comunicação de novamente adiar a data da conferência, tem que sair até segunda-feira. E pergunta quem é  
224 responsável em fazer essa publicação e qual é o papel do Conselho para exigir essa publicação? Sra. Maria  
225 Crislane Pinto Pereira (Coordenação do Conselho) – Explica que o regimento seria publicado por Portaria, então,  
226 foi enviado para a consultoria emitir um parecer pedindo vários ajustes em relação a legislação mesmo do  
227 regimento e que já estão construindo. Nesse ínterim, eles pediram também, no mesmo relatório que se fizesse  
228 uma Portaria da ministra, com novo adiamento, informa que o adiamento já tinha sido feito em resolução, e que  
229 ia publicar junto com o regimento, como os documentos, que foi identificado não seria por resolução e sim por  
230 Portaria, a CONJUR pediu para fazer nesse mesmo relatório. Informa ainda que já vou feito, e já foi enviado, e  
231 ate apresentado ontem na câmara técnica... Na comissão organizadora, e agora a CONJUR vai analisar para que  
232 seja publicado em breve. Sra. Mara Luzia Feltes (Central Única dos Trabalhadores CUT) – questiona sobre o  
233 orçamento previsto para a realização da V CNPM. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos (União Brasileira de  
234 Mulheres) – Questiona qual o orçamento que tem previsto para a quinta conferência nacional de política para as  
235 mulheres? E se esse orçamento está comprovado. Se esse orçamento existe, e se está comprovado, então, sabe-se  
236 que a conferência ano que vem vai sair. Diz ainda que parte desse raciocínio para dizer que, para organizar a  
237 conferência não precisa ter um orçamento específico da conferência, precisa que a secretaria nacional de política  
238 para as mulheres diga que vai acontecer e que comece essa organização, assim como começou virtualmente. Diz  
239 ainda que estão falando de presencial, principalmente, encontros presenciais, porque quem vai trabalhar da  
240 conferência, quem vai organizar a conferência, ver estrutura e tudo mais, precisa estar presente. E se foi decidido  
241 que vai publicar que ano que vem vai ter a conferência, precisa então, aprovar esse orçamento. Sra. Rosângela  
242 Rosa Maria Ferreira de Melo (Confederação das Mulheres do Brasil) – Diz que acha que essa pauta da  
243 conferência, é uma pauta superior, é mais ampla. E que caberia no mínimo, um pronunciamento da Cristiane,  
244 diante dessas questões levantadas pela comissão organizadora como Presidente do Conselho, diz ainda que sente  
245 que as mulheres brasileiras, a representação do Conselho, está sendo cozinhada, sempre com adiamento, sempre  
246 algo sem ser tratado com foco, com prioridade, com concretude, para realização dessa conferência. Afirma ainda  
247 que se sente triste, pois as conselheiras são voluntárias nesse Conselho, ninguém está funcionário do Conselho.  
248 Diza ainda que está com a sensação de que as mulheres brasileiras estão sendo cozinhadas, e ludibriadaa, até  
249 porque é uma subestimação às mulheres brasileiras, mas está percebendo que está acontecendo, não há um



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

250 posicionamento claro do governo, finaliza reforçando que cabe um posicionamento do Ministério, dos Ministérios  
251 presentes, da Presidente do Conselho e do governo federal a respeito. Sra. Adélia Moreira Pessoa (Instituto  
252 Brasileiro de Direito da Família - IBDFAM) – Solicita fazer uma pergunta a comissão; Se foi alterado o  
253 cronograma das conferências municipais e estaduais, como foram divulgados anteriormente? Sra. Lucimara  
254 Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) – Informa que tudo aquilo que foi aprovado na resolução está mantido. Todo  
255 o calendário está mantido, o problema agora é sobre a questão da publicação da Portaria. Lucimara apresenta na  
256 sequência a Sra Maristela, que vem atuando fortemente durante anos na pastoral da criança, sempre na defesa dos  
257 direitos da criança e dos adolescentes contra todas as violações desses direitos, e está para que vocês conheçam o  
258 que ela vem passando pelo fato de ser uma defensora dos direitos da criança e do adolescente. E também apresenta  
259 o Dr. Carlos Nicodemos que já vem acompanhando esse caso já há anos. Então, é fundamental que este Conselho  
260 nacional do direito da mulher faça o encaminhamento daquilo que vai ouvir agora. Sra. Maristela Cizeski –  
261 Agradece e cumprimenta a todos, informa ainda que seu advogado está presente, diz a senhora Presidente, que é  
262 um enorme prazer e até orgulho e muita gratidão que está aqui e ter pauta neste Conselho para essa discussão,  
263 que há muitos anos se vem violando direitos de mulheres em Santa Catarina, mais precisamente na comarca de  
264 Gaspar. Oriunda do Mato Grosso, se que se deparou com a pastoral da criança, ela faz uma visita às famílias  
265 mensalmente e nessa visita ela pergunta como estão, o que acontece. E o que conseguiu, tristemente em alguns  
266 municípios, como Gaspar e o Ilhota, é que a família é visitada no mês, passavam dois meses, noutro mês visitava  
267 novamente, noutro mês ela ia visitar, a criança tinha sido retirada e acolhida institucionalmente, e essa mãe, então,  
268 pegava a sua dor dizendo que porque tiraram suas crianças? E então, deu-se início a fortalecer mais as  
269 comunidades, para que a comunidade pudesse ser mais protetiva, e afirma que tinham essa dimensão de um  
270 promotor de justiça e de uma juíza que entendiam que mulheres pobres, principalmente também negras, mas  
271 principalmente aquelas mulheres pobres e que tinham crianças loirinhas de olhos azuis não tinham capacidade de  
272 cuidar dessas crianças. Então, o município de Gaspar passou a ter um contingente de 3 abrigos com número  
273 imensurável de crianças e o maior número de adoções equivalente a Blumenau. Informa ainda que sua militância  
274 era sempre defender as famílias, as mulheres, para que elas permanecessem com suas crianças, porque é um  
275 direito constitucional. E isso a levou para conversar com o secretário de assistência, de saúde, com prefeitos, e  
276 numa dessas situações, então, um prefeito do partido dos trabalhadores, lhe disse: "Você vem, então, ajudar a  
277 gente nessa dimensão aqui para a gente fazer políticas públicas que a gente precisa, para enfrentar essa retirada  
278 compulsória de crianças?" Então, se disponibilizou a ajudá-los e nesse período, diz ter sido muito perseguida pelo  
279 então promotor e pela então juíza dessa comarca. Seguidamente, Monte Santo teve uma destituição de poder  
280 familiar com o doutor Victor Bezerra que depois até foi cassado, e a família ficou sem suas crianças. E Gaspar,  
281 Ilhota não é diferente, a comarca de Gaspar. Nesse período, então, foi feita várias conversas com muitas pessoas,  
282 da rede não bata, eduque, a Rosa esteve no Brasil, visitou a cidade, Vanderlino Nogueira, Bel Bittencourt, e muitas  
283 outras pessoas para dizer o seguinte: "Precisamos criar políticas públicas, não criminalizar as mães, porque ela  
284 tem um companheiro que tem problema com álcool". Bom, em março de 2013 foi passado uma matéria  
285 jornalística no fantástico do qual, então, abria essa situação do Paraná e de Santa Catarina da retirada de crianças  
286 e essa reportagem a levou a uma situação em que a juíza, e o promotor, usou da promotoria para lhe colocar vários  
287 processos no qual a mesma ainda se defende, desde 2011 que começou essa peregrinação, em 2013 começou a  
288 entrar os processos e até hoje, continua sendo processada. Afirma inclusive estar com os direitos políticos  
289 cassados, e ter sido condenada, passando então a fala para seu advogado Sr. Carlos Nicodemos. Sr. Carlos  
290 Nicodemos (Advogado) – Cumprimenta a todos, e da sequência a sua fala, o relato trazido pela Maristela, tomada  
291 de emoção, naturalmente, em razão daquilo que vem sofrendo, a título de perseguição é resultado daquilo que



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

denominamos como uma ação criminalizadora dos defensores de direitos humanos. Diz que não quer tomar muito o tempo, motivo pelo qual traz de forma muito sintetizada os fatos, mas já se comprometendo com a presidenta, de apresentar por escrito os documentos relativos a esse caso que começa, como disse a Maristela, com denúncias relacionadas à adoções ilegais que foram amplamente divulgadas na mídia, especialmente por canais de grande impacto no Brasil, como fantástico, isso resultou em vários procedimentos administrativos internos no estado de Santa Catarina junto ao tribunal de justiça, junto ao governo estadual, junto aos governos municipais, desse desdobramento, então, em relação as adoções ilegais e a matéria afeta a criança e adolescente, diz ter tido também a resposta que foi dada pelas autoridades envolvidas, em desencadear ações criminalizadoras do caso, de uma defensora de direitos humanos a Maristela e resultou em condenações sucessivas como disse ela, inicialmente condenações por crimes contra a honra, com penas alternativas, porém, em outros delitos relacionados à quebra de sigilo funcional, ações civis públicas em relação aos direitos políticos da mesma, fato é que esses processos criminais, a luz da defesa, e fala como advogado, deixando toda a reserva e consideração sobre isso, esses processos, são, como estão sendo cultuados numa ação revisão revisional, nulos, porque a prova testemunhal, a prova que foi arrolada pela defesa, não foi ouvida. Pontualmente, a título ilustrativo, dizer que a defesa arrolou uma testemunha chave e que demonstrava que as afirmações não foram feitas pela Maristela, como defensora de direitos humanos e essa testemunha deveria ter sido ouvida numa outra comarca, numa outra cidade. A carta precatória foi expedida e passaram-se meses, anos, sem que fosse devolvida, e o processo foi julgado sem essa testemunha. Esse depoimento somente depois da sentença foi juntado aos autos e mesmo assim, o tribunal de Santa Catarina disse que isso não violava o direito da contraditória ampla defesa, nem interferia no mérito daquelas condenações que estavam colocadas. Partindo para a finalização da fala, diz que estão sendo adotadas as medidas jurídicas internas, há uma ação regional que neste momento está subindo através de recurso próprio para o superior tribunal de justiça e também foi aberto em âmbito da comissão Interamericana de direitos humanos da OEA, um procedimento, um peticionamento contra o estado brasileiro em razão das inúmeras violações de direitos, não só em relação à questão dos direitos da criança e do adolescente, sobre o tema das adoções, consideradas ilegal sob o aspecto material, quanto ao afastamento do poder familiar de maneira indevida, mas também em relação aos processos criminais desencadeados contra uma defensora de direitos humanos que leva, então, a essa situação que é uma situação bastante delicada e que solicita que todos se juntem em mobilização, e pedindo a apreciação dos colegiados institucionalizados no Brasil o enfoque da questão e do recorte de gênero, traz aqui a condição de uma mulher, defensora de direitos humanos em relação a sua condição e pela sua própria condição de mulher, do aprofundamento desse processo persecutório e apreciação desse Conselho, se coloca disponível a trazer documentos relacionados ao caso, de modo que possa ser apreciado a questão da forma mais aprofundada, inclusive, mais detalhada. Por fim, agradece a Sra. Presidenta, pela atenção, e se coloca à disposição para outros esclarecimentos. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Agradece a Maristela, e ao Dr. Carlos Nicodemos, diz ainda que seria muito produtivo e relevante que o Dr. pudesse encaminhar, talvez em formato de memoriais, uma exposição desses fatos, e afirma que todas querem ter maiores elementos, querem ler e estudar o caso, quem sabe, esse Conselho se reunir para uma deliberação sobre a temática, e aproveita para cumprimentar a conselheira Lucimara, que teve a iniciativa de trazer a convidada Maristela para participar da reunião do Conselho, dessa forma abre as inscrições para quem quiser se manifestar. Sra. Adélia Moreira Pessoa (Instituto Brasileiro de Direito da Família - IBDFAM) – Se refere a Maristela dizendo que esse relato lhes emocionou bastante. Diz ainda que tem trabalhado com isso, e que estão no Conselho federal da OAB e na comissão nacional do IBDFAM. Então, gostaria de saber se houve esse contato com a OAB nacional, não a OAB de Santa Catarina, a OAB nacional com a Presidente Glícia Salmeron, há um trabalho que elas fazem muito bom e no IBDFAM



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

334 também, e sugere que poderiam levar a comissão da infância, a comissão nacional da infância, pois é um tema  
335 muito grave, é um tema muito precioso para todas. Gostaria de saber do Dr. Carlos Nicodemos também, se já foi  
336 levado ao Conselho federal da OAB através da comissão respectiva? Sr. Carlos Nicodemos (Advogado) –  
337 Respondendo, a conselheira Adélia. “Eu integro, sou membro da comissão nacional de direitos humanos do  
338 Conselho federal da OAB, esse caso, ele é um caso instaurado como procedimento lá na comissão nacional, a  
339 OAB tem adotado as medidas, como muito bem destacou a conselheira Adélia, é um caso que tem contornos e  
340 interface com vários temas, imagino eu que a conselheira deve está sinalizando quanto ao tema das adoções  
341 ilegais”. Afirma ainda que acha pertinente que possa acionar a comissão, a conselheira Glícia, que faz parte da  
342 comissão nacional dos direitos da criança e do adolescente do Conselho federal da OAB, é a presidenta, para que  
343 ela possa então, se integrar, e atuar e contribuir na perspectiva dessa questão que são as adoções ilegais. Afirma  
344 inda que objetivamente estão muito focados nisso também, mas especialmente nesse momento em razão da  
345 ameaça que sofre hoje a defensora de direitos humanos, Maristela com esses processos de criminalização que é  
346 um tema que afeta de maneira muito objetiva no Brasil, em relação não só a área da infância, mas como a outros  
347 temas também. Sra. Lucimara Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) – A AMSK se manifesta dizendo que tem dado  
348 todo apoio nesse caso, esta junto da rede nacional da primeira infância, do Conselho nacional dos direitos da  
349 criança e do adolescente, fórum nacional dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, todos os fóruns  
350 coletivos defensores dos direitos da criança e do adolescente e mulheres nesse país estão dando total apoio para  
351 essa injustiça que a companheira Maristela vem passando, pelo fato de não estar sendo permitido a devida análise  
352 de seu caso, e ela está sofrendo já há anos, realmente fica muito difícil, toda hora falar sobre a problemática que  
353 ela vem passando. Portanto, a AMSK solicita a esse pleno que de fato, analise o caso, porque como bem disse o  
354 doutor Carlos Nicodemos, é uma mulher que está sendo perseguida por pessoas que acham que têm poder, mas  
355 esquecem que são pessoas. Então, pela defesa da dignidade humana, esse Conselho tem o dever de dar o apoio e  
356 defender e proteger a companheira Maristela. É esse o encaminhamento Lucimara faz a esse plenário, e que como  
357 encaminhamento, que a AMSK faz a esse plenária, que a secretaria de políticas para as mulheres tome ciência do  
358 caso e tome as providências cabíveis para que de fato, mais uma mulher nesse país não seja injustiçada e que é a  
359 função da secretaria de política para as mulheres, fazer a proteção das nossas mulheres pelas injustiças que vem  
360 passando e Maristela é uma delas. Sra. Maria Dirlene Trindade Marques – Se apresenta, e manifesta dizendo que  
361 gostaria muito que Maristela pudesse dizer, se além de ter uma manifestação do Conselho, o que concretamente  
362 esteria pode fazer? Porque acha que Maristela está muito exposta e precisava ter apoio maior, e que precisam de  
363 algumas ideias de o que concretamente podem fazer para poder protege-la. Sra. Maristela Cizeski – Se manifesta  
364 dizendo que tem uma advogada em Santa Catarina, e que começaram a fazer essa defesa, acharam que não seria  
365 tão grave a situação, depois, então, o Nicodemos, disse: "Não, nosso escritório também vai se disponibilizar a  
366 ajudar." Hoje, concretamente, eu ainda sofre, porque eu vê aquelas mães, mulheres que ainda buscam o sonho de  
367 encontrar seu filho que foi retirado injustamente, diz ainda que falou com duas mães e elas diziam: "Eu vejo uma  
368 criança, eu penso que é o meu filho. Eu não tive o direito." Então, hoje é preciso união para que os direitos das  
369 mães não sejam mais violados, que o direito das crianças não sejam mais violados, que essas famílias tenham  
370 direito de ser famílias, seja ela pobre, viver embaixo da ponte, mas que o estado tinha que dar proteção e não  
371 retirar seus filhos e soltá-las na rua, como pessoas em situação de rua, ou seja, nós aumentamos esse contingente,  
372 nós deixamos as mulheres em processos defensivos. A pobreza foi a grande causa de retirada dessas crianças e  
373 dizer que elas não tinham capacidade, ou seja, o estado que disse que uma mulher não tem capacidade, ele tem  
374 que provar. Não é simplesmente ir lá e tirar. O que se pode fazer, nesse fortalecimento é tentar reverter isso, para  
375 que essas famílias não sejam injustiçadas. Sr. Carlos Nicodemos (Advogado) – Nesse sentido, estão sendo



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

376 adotadas várias medidas em relação a esse caso, como já foi dito aqui, ele tem uma face em relação a questão dos  
377 direitos da criança e do adolescente, no que diz respeito ao direito à convivência familiar, questão do afastamento  
378 inadequado e indevido sobre o poder familiar, a questão dos defensores de direitos humanos, a questão dos direitos  
379 das mulheres, de uma defensora de direitos humanos. Nesse sentido, fica como sugestão a título de deliberação  
380 desse Conselho, após a apreciação dos documentos que será encaminhar também, além de uma moção de  
381 preocupação em razão de que a justiça dê ao caso um julgamento com imparcialidade, de um processo justo, que  
382 é um preceito constitucional dos tratados internacionais, porque tem uma juíza deflagrando ações criminais de  
383 um tribunal em Santa Catarina, ou seja, ele não foi um processo justo, não foram ouvidas todas as testemunhas  
384 arroladas pela defesa e foram ignoradas, por parte do tribunal. Deixa também a título de sugestão uma apuração  
385 a respeito das mães, mulheres que tiveram o poder familiar afastado em razão dessas adoções questionáveis sobre  
386 o aspecto legal, moral, social, humanitário, e que o Conselho, eu não conheço o regimento do Conselho nacional  
387 dos direitos da mulher, mas que poderia instaurar a título de procedimento e apurar junto ao tribunal de Santa  
388 Catarina as investigações que foram feitas a respeito dessas adoções consideradas questionáveis. Deixaria ainda  
389 a título de sugestão, que esse Conselho apreciase junto aos programas existentes hoje no Brasil sobre proteção  
390 dos defensores de direitos humanos das medidas que poderiam ser adotadas em relação a defensora de direitos  
391 humanos, Maristela Cizeski. Sra. Danielle Crisna Lanus (Secretária-geral da Presidência da República) –  
392 Agradece a Sra Cristiane, e se posiciona dizendo que ficou muito sensibilizada com o relato da Maristela e que  
393 acha muito importante que encaminhem para o Conselho documentos que possam analisar, para que tenha uma  
394 manifestação, é preciso mais dados sobre o processo, sobre todas essas situações, cita ainda um programa do  
395 governo que se chama ProVita Defensores que é voltado justamente para os defensores de direitos humanos que  
396 sofrem agressões, violações, só que ele tem um foco muito na questão da proteção à vida, ouvindo todo esse  
397 relato, era muito importante pensar o quanto esse programa também não teria que de repente, ser ampliado para  
398 articular essa proteção jurídica desde um primeiro momento, para que a pessoa já desde o início possa ter essa  
399 atenção, talvez fazendo realmente convênios com a OAB, com a defensoria, juntando essas pessoas nesse  
400 programa, porque é inadmissível que a proteção dos direitos humanos resulte em uma enxurrada de processos  
401 contra aquela pessoa que está defendendo aqueles direitos. Afirma que para fazer alguma coisa, realmente tem que  
402 ter esses documentos e fazer essa análise. Sra. Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores e  
403 Trabalhadoras do Brasil - CTB) – Se apresenta e diz ser secretária da mulher, trabalhadora da central dos  
404 trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Assume o compromisso de fazer uma moção de apoio a Maristela, e de  
405 repúdio à isso que está passando, e as mães, os filhos, porque isso é uma loucura, informa que tem um fórum de  
406 todas as centrais e que irão fazer uma reunião dia 23, e vai relatar esse caso. Propõe que o Conselho hoje, já  
407 aprove uma moção de apoio a Maristela e a exigência de cumprimento, outros encaminhamentos pode-se esperar  
408 os documentos, mas esse de apoio a esse caso pode ser aprovado, pois já tem os dados, tanto do advogado, como  
409 da Maristela. Sra. Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB),  
410 Pergunta ao advogado se Maristela tem alguma ação protetiva já? Sr. Carlos Nicodemos (Advogado) – Não. Ela  
411 não tem nenhuma medida aplicada pelo programa de proteção dos defensores de direitos humanos e aqui também  
412 trazendo à reflexão muito bem colocada pela conselheira Danielle, que diz respeito à tornar esse caso um caso  
413 paradigma e que pode ter o recorte de gênero da condição de mulher como uma pessoa perseguida num processo  
414 bastante delicado, dizer que, afirma que pelo pouco conhecimento que tem de programas de proteção e defensores  
415 de direitos humanos, aquilo que se denomina como criminalização dos defensores não é só a questão da  
416 perseguição, o risco de morte que o defensor passa sofrer, mas sim as ações que visem neutralizar, que visem  
417 tornar nulas as ações políticas do defensor de direitos humanos. Não há uma ameaça objetiva a integridade, diria



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

418 física, em termos de risco de morte, mas sim, há hoje uma violação profunda em relação a militância da defensora  
419 de direitos humanos, Maristela Cizeski, que se sente totalmente desestabilizada em termos emocionais, pessoais,  
420 por mais que receba todo apoio da instituição pastoral da criança, à qual ela representa. Como bem ressaltado pela  
421 conselheira Danielle da casa civil, deve ser considerado como fator de intervenção do estado para protegê-la e  
422 garantir que ela persiga e prossiga na sua militância. Sra. Celina Alves Padilha Arêas (Central dos Trabalhadores  
423 e Trabalhadoras do Brasil - CTB) – Diz que a moção de apoio, o envio dos documentos, são mais do que  
424 necessárias, para tomar outras medidas cabíveis. Mas pelos relatos que nós tivemos aqui, é possível fazer essa  
425 moção, indicando em seguida a conselheira Lucimara, que conhece bastante desse caso, para fazer a moção e a  
426 todas aprovarem na parte da tarde. Sra. Maria Dirlene Trindade Marques – Manifesta dizendo que a moção de  
427 apoio é tranquilo, mas acha que já deveriam fazer alguns encaminhamentos sobre essa questão do  
428 encaminhamento das apurações, acha ainda que já deveriam aprovar esse tipo de iniciativa, a partir dos  
429 documentos, fundamentar essa questão do pedido de apuração junto ao tribunal de Santa Catarina, e além disso,  
430 encaminhar aos órgãos competentes. Sra. Danielle Crisna Lanus (Secretaria-Geral da Presidência da República)  
431 – Se manifesta dizendo discorda, e que acha que só poderiam fazer a moção depois da análise dos documentos,  
432 não pode tomar qualquer medida pública, por escrito, sem ter a documentação em mãos. Afirma ainda que não  
433 dúvida do que a Maristela está trazendo, mas que é uma precaução que precisa ter em todas as ocasiões. Sra.  
434 Maria Dirlene Trindade Marques – Se manifesta e diz que tem plena confiança nas informações que a Maristela  
435 e Nicodemos trouxeram. Então, uma moção é em cima das informações que eles deram, algo mais concreto e  
436 substantivo que seria então, essa medida de apuração junto ao Ministério, e a solicitação das medidas protetivas,  
437 aí seria a partir da análise dos documentos, mas agora, é uma e o manifestação política do apoio, da solidariedade  
438 em relação aos fatos relatados por eles. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente) – Se manifesta dizendo que  
439 se sentiria mais confortável, pelo menos se recebesse algum memorial, algum arrazoado sobre o caso, confessa  
440 ainda que ficou surpresa com a riqueza de detalhes que a Maristela colocou, mas para Cristiane é um caso que  
441 não tem muita familiaridade, não conhecia Maristela, nem sobre essa violação que foi comunicada agora. Afirma  
442 que se sentiria mais confortável de ao menos ler, porque como a Danielle colocou, isso pode servir até de  
443 precedente para outros casos. “Então, a gente recebe alguém aqui, recebe uma denúncia e de pronto a gente vai  
444 fazer a moção pública, sem ser provocado por escrito, ou sem receber se quer memoriais sobre os fatos”. Então,  
445 pensando até no futuro e no precedente que se pode criar internamente para todas, enquanto Presidente, se sentiria  
446 confortável de receber algum arrazoado, algum memorial, algum documento sobre isso, mas coloca em votação  
447 as duas propostas. Sra. Maria Dirlene Trindade Marques – O Dr. Nicodemos já deve ter todo um arrazoado sobre  
448 essa questão que possa inclusive, enviar até de imediato para o Conselho, via e-mail, e sugere que ele envie na  
449 parte da tarde, para já ter tudo em mãos, e não tem esse problema. Sra. Andremares dos Santos – Se manifesta  
450 também, fazendo uma nova proposta, para que deixasse para votar depois que for apresentado essa documentação  
451 por e-mail, pois realmente, podem ter isso até o final da tarde. Sr. Carlos Nicodemos (Advogado) – Diz que  
452 poderia enviar enviar, por exemplo, é a petição que foi encaminhada a comissão Interamericana de direitos  
453 humanos da OEA, o pedido de revisão criminal que foi feito ao tribunal de Santa Catarina, inserir documentos já  
454 institucionalizadas e apresentados a órgãos públicos inclusive, internacional. Afirma ainda que não tem condições  
455 de preparar os memoriais nesse momento. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente CNDM) – Dá início a  
456 reunião da parte da tarde, pela Câmara de Orçamento. Sra. Mara Luzia Feltes (Central Única dos Trabalhadores  
457 CUT) – Explica que a Sociedade Civil foi a única presente, e que a pessoa que foi responder as questões foi a  
458 Gisele, que por sinal foi muita prestativa aos questionamentos. Informa ainda que os códigos estão todos fechados,  
459 não estão discriminados por rubricas, o que dificulta a visão de como as coisas de fato estão, como por exemplo,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

460 se falam genericamente num determinado título, não se sabe exatamente o que tem dentro daquele título, daquela  
461 rubrica. Então foi solicitado que fosse tudo aberto, discriminado, pois é determinante saber o que está aberto e  
462 que depois encaminharia para todas as Conselheiras. Foi proposto também que as Conselheiras tivessem um  
463 tempo para poder fazer os questionamentos e estes seriam repassados para Gisele. Foi proposto também um debate  
464 entre as conselheiras nesta reunião sobre essa questão orçamentária, pois está muito complexa. Afirma ainda que  
465 foi colocado em pauta, porque gostaria de saber o orçamento de 2020, como estava, o que já tinha sido executado,  
466 o que faltava executar e o orçamento para 2021. Informa que a Tatiana também estava presente, e em seguida  
467 explica o que lhe foi apresentado; “Então, no ano de 2019, nós tivemos 123.863.580, desses, 75.890.000, eu vou  
468 fazer em termos mais... Já foi empenhado, então, segundo ela, o que está empenhado será executado, que  
469 representa 61% do orçamento. Os 23 milhões que restaram, que estão disponíveis, têm que ser feito um rearranjo,  
470 mas são, segundo ela me disse, que são emendas e que a gente não tem muita governabilidade de mexer. É isso  
471 que eu queria saber para que estava previsto esses 23 milhões? Que não dá para a gente perceber olhando a tabela,  
472 que eu queria que fosse aberto. Bom, e para 2000... E que foi realmente pago, vocês vão ver aí, é 7.500.000. Eu  
473 perguntei o porquê, segundo ela, muito dos recursos são da Casa da Mulher Brasileira e aí estão dependendo de  
474 provar que usou, enfim, da burocracia, por isso só foi pago 7 milhões, mas, segundo ela, esses 61% serão  
475 executados, não é? Que corresponde a 75 milhões, então vocês vejam que só 10% foi pago. Então é bastante  
476 complexo e estranho como é que essas coisas acontecem no orçamento. Bom, aí vem a coisa que eu estou  
477 preocupada mesmo e que vai deixar vocês também bastante preocupados, tenho certeza, o que está previsto para  
478 2021 é somente 8.500.000, sendo que dos 8 milhões, um milhão é promoção de política de igualdade e de direitos  
479 da mulher, um milhão é para implementação da Casa da Mulher Brasileira, 5.300.000 é na questão da mulher em  
480 situação de violência, 600 mil política de autonomia da mulher e 550 para o funcionamento, enfim, que na  
481 verdade, eu acho que é onde entra o CNDM. Segundo ela me disse que a gente não tem que ficar preocupado,  
482 porque o ano de 2020, essa, o que foi para o orçamento foram 4.200.000 e que com as emendas viraram 123  
483 milhões e que então esses 8.500.000 para nós termos dinheiro para a conferência e não sei o que é baseado em  
484 emendas. Então gente, essa é, esse é o quadro, entendeu? Aí talvez vocês entendam por que eu estava tão ansiosa  
485 e até comecei a colocar de manhã em relação à nova consulta objetiva de orçamento para a conferência. Aí ela  
486 respondeu exatamente o que eu estou dizendo para vocês, que isso... Então o que o governo federal está dando  
487 para 2021 no orçamento é 8.500.000. Ela disse: Sim e o que ele deu no ano de 2020 foram 4 milhões e que a gente  
488 conseguiu para 123 milhões, a partir de emenda de bancada e de parlamentares. Então gente, essa é a nossa  
489 situação”. Sra. Mara Feltes se mostra bastante preocupada, e afirma que gostou de ouvir falar sobre a oportunidade  
490 de emenda, e que sabe que quem trabalhou nessas emendas de forma bem eficiente foi a presidente do conselho,  
491 então queria ver o que ela pode dizer dessas possibilidades de conseguir novamente em emendas. Continua a  
492 indagar sobre outras questões; “E a outra questão que eu coloquei na reunião e que não foi respondido, talvez a  
493 Vanja pudesse ajudar, é que está sendo cobrado do Brasil, e eu perguntei: Quanto que são os recursos para as  
494 mulheres que, na questão do aborto legal está sendo cobrado o que está sendo? Qual é o recurso? e o que está  
495 sendo feito? O que o governo federal está sendo cobrado do país e a resposta sobre isso? Eu perguntei, aí a Gisele  
496 disse que não poderia responder, que não tinha condições de responder, que isso era da área da saúde. Então eu  
497 estou registrando isso aqui”. Sra. Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenação do Conselho) – Manifesta fazendo  
498 uma observação sobre a questão do orçamento, que é preciso esclarecer, foi solicitado, o quanto foi gasto,  
499 execução de 2020 e a previsão de 2021, e diz que foi exatamente o que elas trouxeram. Afirma ainda que a Sra.  
500 Mara Feltes pediu para poder detalhar tudo, e elas falaram de pronto que iriam enviar, e assim que enviar será  
501 disponibilizado para todas. Sra. Cristiane Rodrigues Britto (Presidente CNDM) – Informa que a conselheira



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

502 Adélia pediu para passar essas tabelas que foram expostas, e se posiciona dizendo que também acha importante.  
503 Sra. Cristiane diz; “me permita só responder à indagação que foi feita, que eu acho que pode auxiliar sobre as  
504 emendas, Mara, eu estou fazendo o mesmo trabalho, entre aspas, a questão da pandemia tem dificultado muito,  
505 até o acesso da Câmara tem que ser agendado, está muito complicado você bater à porta dos parlamentares, eu  
506 tenho feito isso de dentro do gabinete quando eu posso, eu vou até a Câmara. Estou fazendo aquele batendo na  
507 porta mesmo, pedindo. As promessas são grandes, a gente está com uma boa expectativa, principalmente, da  
508 bancada feminina, que nos indaga sobre a questão das próximas Casas da Mulher Brasileira, a gente tem uma  
509 promessa de uma emenda que a bancada feminina que está se organizando para levar a casa para Sergipe que era  
510 para acontecer esse ano e por conta do Covid, não sei se vocês se recordam, a gente ia perder esse recurso que foi  
511 remanejada. O interesse maior são nas casas, são em equipagem de patrulhas, de delegacias, enfim eu estou com  
512 a expectativa muito positiva, é isso que eu queria adiantar para vocês e na mesma expectativa de conseguir  
513 emendas para a conferência, eu sei que também isso não é o ideal, mas foi o que eu me comprometi com vocês,  
514 está no nosso caderno de emendas, a proposta e é o que eu tenho pleiteado e a bancada feminina tem consciência  
515 também dessa importância, especificamente dentro da bancada feminina a deputada Teresa Nelma é a nossa maior  
516 articuladora em relação à questão da emenda para a realização da quinta conferência. Ela é, eu posso dizer assim,  
517 a que mais defende a porta-voz do conselho especificamente do conselho nacional e de todos os conselhos a  
518 deputada Teresa Nelma está lá brigando por nós. Então é isso, Mara, as expectativas são boas, mas são meras  
519 expectativas. Como você falou, a situação do nosso orçamento é muito pequena realmente, apesar da gente ter  
520 dobrado de 4 para 8 a expectativa do ano que vem, do novo orçamento próprio é muito, muito pequena. Então se  
521 a gente for contar com 8 milhões a gente não consegue fazer praticamente nada. Por isso que eu sempre fico me  
522 antecipando e eu nunca paro de ficar pedindo ajuda aos parlamentares. E por que eu quero dizer também que a  
523 expectativa é positiva? Para vocês terem uma ideia, nós estamos sendo também procurados pelos parlamentares,  
524 eu tenho recebido a média de 3, 4 parlamentares que por iniciativa própria tem nos procurado para falar: Eu quero  
525 investir na pauta feminina. O que vocês têm aí? Olha, a cidade tal, a minha região até eu quero levar a casa da  
526 mulher brasileira. Então semana passada eu recebi em parlamentar de São Paulo que ele quer investir, por  
527 exemplo, no núcleo de atendimento humanizado dentro da delegacia de polícia, quer investir um milhão em todo  
528 o estado de São Paulo. Então a expectativa é positiva, é o que eu posso dizer para vocês e que, considerando esse  
529 valor ínfimo da nossa previsão orçamentária, eu só posso me apegar as emendas parlamentares realmente, como  
530 a gente conseguir para esse ano pular para 123 milhões com o apoio também da bancada feminina, essa é a minha  
531 estratégia enquanto secretária nacional”. Sra. Lucimara Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) Explana suas  
532 considerações em relação ao orçamento, no ano passado a ASMK especificamente teve 4.000.900. Então houve  
533 uma melhora e para 2021, entretanto, ainda não é o ideal. Diz ainda que não entende por que a área técnica do  
534 ministério fazem orçamentos tão ínfimos para uma política que é tão necessária no país. Outra coisa também é  
535 ficar na dependência das emendas parlamentares, tem acompanhado o orçamento, então a morosidade do sistema  
536 para implementar essa emenda parlamentar é impositiva. Então a pergunta é para a área técnica da SNPM: Mesmo  
537 se conseguir a emenda parlamentar impositiva, ela vai ser paga de fato até o dia da conferência no mês de  
538 novembro? Porque sabe-se que existe um fluxo, e uma emenda parlamentar impositiva, mas somente no mês de  
539 julho é o cadastramento nesse sistema da Plataforma Mais Brasil. Então de julho até outubro ainda está sendo  
540 feito todo esse cadastramento no sistema para depois ser pago, ou seja, para depois o ministério da economia  
541 verificar se tem o financeiro para poder pagar. Porque uma coisa é o orçamento, o orçamento é o número fictício,  
542 outra coisa é o financeiro, se a arrecadação do governo vai ter esse dinheiro para poder bancar. “E o que se vê  
543 hoje acompanhando o orçamento da união é que as emendas parlamentares, não estão sendo aplicadas e tem outra



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

544 coisa Presidenta, porque muitos parlamentares estão procurando a senhora para conversar? Porque houve uma  
545 mudança no orçamento, agora os municípios, podem receber a emenda parlamentar dos seus parlamentares  
546 imediatamente na conta do município, não vai precisar mais fazer o convênio que é feito nos ministérios. Então  
547 por isso a alta demanda de procurá-la para que se haja então a construção das Casas da Mulher Brasileira, dos  
548 abrigos, desses atendimentos nas delegacias. Houve uma mudança e a preocupação é: por que é que o ministério,  
549 a área técnica do ministério não está de fato colocando o orçamento que deveria se dar à união e não esperando  
550 emendas parlamentares? Que nós sabemos que de 50 a 60... De 50% mais ou menos com certeza do ano de 2020  
551 não foram aplicadas e implementadas. Então a gente corre o risco, mesmo se tendo uma emenda parlamentar, que  
552 área federal, no caso o ministério da economia dizer: Eu não tenho financeira, e aí? parlamentar É uma emenda”.  
553 Diz ainda que é preciso ter garantido no orçamento do ministério, e no orçamento da união para a realização da  
554 conferência, Pois caso contrário o governo pode dizer que não ter orçamento financeiro, e não vai realizar a  
555 conferência. Porém, se tiver no orçamento do ministério, é diferente, porque aí ele vai ter o financeiro para pagar.  
556 É preciso acompanhar o que está sendo empenhado, o que está sendo pago, o que está sendo de fato efetivado.  
557 “Eu quero saber a função, a subfunção, o empenho, o pagamento, eu quero saber o que são esses itens, entendeu?  
558 Do jeito que ela mandou aí eu não sei, 61% de quê? Quantos ali estão empenhados? Quantos ali estão pagos? É  
559 isso que a gente precisa saber e nós temos até 31 de dezembro para fazer empenho, empenho para ser pago em  
560 2021”. Manifesta novamente dizendo que o ministério tem que assumir esse orçamento da conferência, para que  
561 não seja por emenda parlamentar, e explica que pela emenda parlamentar corre-se o risco de não ser paga até 3,  
562 4, 5 de novembro quando acontece a assembleia e é preciso esse recurso a partir do mês de março para poder  
563 pagar as diárias de hospedagem. “Pode vir em emenda parlamentar, como pode não vir, foi muito bem dito agora  
564 pela Presidenta: qual é a prioridade dos parlamentares? É a Casa Abrigo, são as Casas Brasileiras, é a questão das  
565 atividades de medidas protetivas pelos policiais civis e militares, ou seja, a conferência não vai ser prioridade.  
566 Então é importante, ainda dá tempo da área técnica do ministério colocar lá na linha, na função específica para a  
567 conferência, o valor pode ser remanejado. É o encaminhamento que eu dou aqui”. Sra. Cristiane Rodrigues Britto  
568 (Presidente CNDM) – Manifesta dizendo; “Lucimara só um esclarecimento, essa construção pelo menos que eu  
569 saiba é o ministério da economia, sempre pedimos mais e é a economia que sai distribuindo de acordo com, enfim  
570 não sei a estratégia. E não é o setor técnico do ministério que fala: Ah, agora a gente vai ter dois, agora a gente  
571 vai ter quatro. Se pudesse cada ministro teria a fatia maior do bolo para si. Então essa atribuição não é da equipe  
572 técnica do ministério. Um dado que você falou importantíssimo de repasse para os municípios, primeiro das  
573 emendas parlamentares impositivas Lucimara, a gente não está tendo problema nenhum com o pagamento dessas  
574 emendas impositivas, aliás, é prioridade desses pagamentos, até porque se o executivo não paga essas emendas,  
575 é crime de responsabilidade. Então essa prioridade zero a gente nunca deixou, tanto que a minha prioridade  
576 também na secretaria é executar primeiramente essas emendas impositivas. Um outro dado que eu queria passar  
577 para vocês sentirem à realidade do nosso país nesse momento de pandemia que tem se agravado, quando os  
578 parlamentares pedem para aplicar aqui na secretaria em pauta das mulheres, essa questão do município Lucimara  
579 de fazer o repasse indireto, pelo contrário, eles fazem pedido para que não seja com o município. Eu vou explicar  
580 o porquê, muitos municípios, e é absurdo o número, municípios no CALC se vocês pegarem a região norte dos  
581 estados do norte para a gente conseguir fazer repasse para os municípios, a gente não tem conseguido, porque  
582 municípios e estados no CALC, a gente perdeu de implementar a casa da mulher brasileira, dá início a  
583 implementação da casa da mulher brasileira, por exemplo, em Rondônia, porque tanto o município, como o estado  
584 estão no CALC. Deram o prazo, ajuizaram uma medida para conseguir a liminar, conseguiram a liminar, a liminar  
585 caiu em 2 dias. Então a gente, a situação dos municípios é uma situação calamitosa e que a gente tem procurado



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

586 outras estratégias justamente para não fazer repasse para os municípios, porque se a gente for depender disso  
587 ninguém vai receber recurso para a pauta da mulher. Queria também compartilhar essa preocupação”. Sra. Juliana  
588 Mendes Rodrigues (Relatoria) – *"Ata da reunião. No dia 19 de novembro de 2020, às 14 h, em formato virtual,*  
589 *por meio do aplicativo Skype realizou-se a reunião da Câmara técnica de assuntos internacionais, CTI, com as*  
590 *conselheiras: Laudelina Inácio da Silva, da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, ABMCJ;*  
591 *Eunice Aparecida da Cruz, da Federação das Associações de Mulheres de Negócios Profissionais, BPW Brasil;*  
592 *Celina Alves Padilha Arêas, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB;*  
593 *Adriana Rodrigues Martins, do Ministério das Relações Exteriores, MRE; Maria Angélica Iguaracema*  
594 *Rodrigues da Costa, da Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, SNPIR/MMFDH;*  
595 *Glaucia Tamayo Hassler Sugai, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, CCUT/MTUR; e*  
596 *as assessoras Stephanes Natália Ribeiro e Silva, da assessoria especial de assuntos internacionais do ministério*  
597 *da mulher, da família e dos direitos humanos, AI/MMFDH; e Juliana Mendes Rodrigues, da secretaria nacional*  
598 *de políticas para as mulheres, SNPM/MMFDH. A conselheira Jeanete Assad Mazzeiro, presidente do fórum de*  
599 *mulheres do Mercosul, esteve ausente da reunião por motivo de saúde. Após realizado o ciclo de apresentação*  
600 *das participantes, procedeu-se as discussões da presente pauta com os seguintes encaminhamentos: 1) Informes*  
601 *sobre a CSW de 2021, comissão sobre a situação das mulheres, que acontecerá entre os dias 15 a 26 de março*  
602 *em formato ainda a ser definido. Os informes foram prestados pela assessora Estefani Silva. Informes sobre a*  
603 *RMAAM, Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, realizadas entre os dias 3 e 4 de*  
604 *novembro de 2020 pela Presidência Pro Tempore Uruguai. Os informes foram prestados pela assessora Estefani*  
605 *Silva, que destacou os bons resultados da reunião e comentou sobre o avanço alcançado com o consenso para a*  
606 *elevação de projetos de decisão ao conselho do mercado comum, que trata sobre: Comércio internacional para*  
607 *a autonomia econômica das mulheres em toda a sua diversidade. Na ocasião, foram compartilhadas com as*  
608 *conselheiras os seguintes documentos: A agenda da RMAAM, o projeto de decisão, comércio internacional para*  
609 *a autonomia econômica das mulheres em toda a sua diversidade. E a minuta do informe técnico da reunião. 3)*  
610 *Informes sobre a reunião da comissão permanente de gênero e direitos humanos das mulheres, realizadas no*  
611 *âmbito da reunião de altas autoridades de direitos tomamos e chancelarias do Mercosul e estados associados à*  
612 *RAAT em 26 de outubro de 2020 pela Presidência Pro Tempore do Uruguai. Os de informes foram prestados*  
613 *pela assessora técnica Juliana Rodrigues. Na ocasião, a agenda da reunião foi compartilhada com os*  
614 *conselheiros. Uma vez cumprida a pauta proposta, outros assuntos foram inseridos na discussão a pedido das*  
615 *conselheiras, a saber. 4) A conselheira Eunice Cruz fez o registro da celebração do aniversário de 25 anos do*  
616 *fórum de mulheres do Mercosul, ao que os presentes se manifestaram com prazer e reconhecimento pela*  
617 *trajetória de lutas da instituição. 5) A Conselheira Laudelina Silva registrou o convite da ABMCJ, as conselheiras*  
618 *da CTI para que participem da conferência internacional da federação internacional das mulheres de carreira*  
619 *jurídica, que acontecerá nos dias 25 a 27 de novembro pela plataforma Zoom e pelo Youtube, com a temática*  
620 *"Perspectivas para o mundo pós-pandemia da Covid-19", para associados do Brasil, de Moçambique e de todo*  
621 *o mundo. 6) A Conselheira Celina Arêas registrou os eventos que a CTB realizará para marcar os 21 dias de*  
622 *ativismo, em especial: 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, 25 de novembro Dia Mundial de Não*  
623 *Violência Contra as Mulheres, dia 1 de dezembro, Dia Mundial de Combate à Aids, 6 de dezembro, Dia de*  
624 *Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher, o Assubram; e 10 de dezembro, Dia Mundial*  
625 *dos Direitos Humanos. 7) As conselheiras Eunice Cruz e Celina Arêas registraram a importância da celebração*  
626 *dos dezesseis dias e de ativismo contra a violência contra as mulheres, promovido anualmente pela ONU*  
627 *mulheres, inclusive sobre o engajamento das instituições presentes no CNDM na campanha deste ano, intitulada*



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

628 *"Orange the World: Fund, Respond, Prevent, Collect!". Nesse sentido, a CTN recomenda ao pleno que as*  
629 *organizações da sociedade civil e os órgãos de governo com assento no CNDM, realizem ações durante os*  
630 *dezesseis dias de ativismo, aderindo à campanha deste ano para marcar a importância do período para a*  
631 *temática. Ainda foram discutidas algumas ideias possíveis de serem trabalhadas pelas organizações e até mesmo*  
632 *pelo CNDM para marcar a campanha, tais como: Produção de boletins e vídeos sobre o histórico das datas e a*  
633 *realidade do Brasil sobre os temas a violência contra as mulheres e direitos humanos; realização de uma live*  
634 *para a discussão do assunto; gravação de repente com mulheres repentistas e elaboração de frases curtas de*  
635 *efeito para serem veiculadas nas redes sociais. 8) A Conselheira Eunice Cruz pediu esclarecimentos acerca do*  
636 *engajamento do governo brasileiro nas atividades dos BRICS relacionadas à pauta de mulheres. Informou que*  
637 *seria muito rica a possibilidade de parcerias entre as organizações da sociedade civil com os representantes do*  
638 *estado nas reuniões, a exemplo do que já vinha ocorrendo no âmbito da iniciativa In Power do G-20, da qual a*  
639 *BPW tem participado ativamente. A assessora Juliana Rodrigues e tomou que de fato a parceria da SNPM com*  
640 *a representação da BPW no fórum do G-20 tem tido bons resultados de ajuda mútua e complementariedade de*  
641 *visões. A Conselheira Adriana Martins explicou aos presentes que no BRICS a única reunião do tema mulheres*  
642 *é de caráter empresarial, na aliança de mulheres, das mulheres empresárias do BRICS e que a representação*  
643 *brasileira se faz por meio da Confederação Nacional da Indústria, a CNI. 9) Em seguida, foi feito o segmento do*  
644 *plano de trabalho da ACTI. Nesse sentido, verificou-se que foram cumpridos os pontos abaixo: 1) Enviar ofício*  
645 *pela presidente do CNDM aos representantes dos organismos internacionais para a apresentação dos*  
646 *componentes da Câmara Técnica internacional. O ofício foi preparado na última reunião da ACTI e*  
647 *encaminhado a Coordenação-Geral para providências. 1.3 do Plano de Trabalho – Os (ininteligível) para a*  
648 *concretização de projetos de cooperação bilateral ou multilateral com os organismos internacionais que,*  
649 *fortaleçam os objetivos do CNDM, inclusive pela participação das conselheiras em fóruns dessas organizações.*  
650 *Foi realizada a participação da BPW na iniciativa In Power do G-20. 2.1 do plano de trabalho: Listar ações*  
651 *prioritárias para acompanhamento do CNDM e recomendar a participação da secretária da SNPM e do CNDM,*  
652 *onde representantes designados por estes. A participação, tem acontecido a participação ativa do fórum de*  
653 *mulheres do Mercosul nas reuniões semestrais da RAADH e RMAAM. Nesse sentido, a ACTI solicita ao pleno*  
654 *que envie, sempre que possível, lista de fóruns formais ou informais que tenham o conhecimento, que estejam*  
655 *realizando evento e discussões e internacionais para fins de acompanhamento. Por fim, em função das mudanças*  
656 *impostas pela crise sanitária, as Conselheiras decidiram realizar uma revisão do plano de trabalho na próxima*  
657 *reunião reais, com vistas a ter uma nova versão do plano para 2021. Sem mais, reunião deu-se por encerrada a*  
658 *as 16h30. Brasília, 19 de novembro de 2020. Assinam a ata Laudelina Inácio da Silva, vice-presidente, e Juliana*  
659 *Mendes Rodrigues, Relatora. Sra. Eunice Cruz – Informa que trouxeram dois pontos da ata para a apreciação do*  
660 *pleno, e uma recomendação para que todas as organizações da sociedade civil e as representações do governo se*  
661 *engajem nessa campanha, que é uma campanha já reconhecida, que o Secretário-Geral Antônio Gutierrez, trouxe*  
662 *novamente com muita força do ponto de vista internacional, campanha "Orange the World", que na tradução seria*  
663 *'mundo laranja'. Chama atenção ainda para os 16 dias de ativismo e ressalta a importância de todas as integrantes*  
664 *do pleno, a necessidade de trabalhar essa temática especialmente e especificamente nesses dias que começam no*  
665 *dia 25 de novembro, que é o dia mundial da eliminação de toda a violência contra mulher e o dia 10 de dezembro*  
666 *que é o dia dos direitos humanos. Primeiro ponto é que todas pensem em alguma ação relativa a essa campanha*  
667 *internacional. E outro ponto é que todas as participantes, as integrantes do pleno ao terem conhecimento de fóruns,*  
668 *seminário, Webinários, de todas as ações internacionais que aconteçam, e das quais tenham convite ou*  
669 *conhecimento, tragam para a CPI a fim de organizem para alguém participar e representar o conselho nesses*



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

670 palcos também de discussão das políticas para mulheres ou dos direitos das mulheres. Sra. Celina Alves Padilha  
671 Arêas – Lembra que já foi feito uma sugestão para que se possível o Conselho produzisse material na questão dos  
672 direitos humanos e violência contra a mulher, contando sua história e etc, e no Brasil sobre o que está acontecendo,  
673 como por exemplo um vídeo ou boletim. Sra. Lucimara Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) – Manifesta  
674 parabenizando pelo relatório e pontuando que sentiu falta de uma análise da participação do governo brasileiro  
675 nas reuniões da ONU, no que diz respeito à área de direitos humanos, principalmente, porque o governo brasileiro  
676 se alia a outros estados, em parte contra a palavra gênero, e se alia ainda ao estado em parte que até hoje negam  
677 os direitos das mulheres de serem livres. Diz ainda que esse é um tema que a Câmara técnica internacional tem  
678 de fazer um posicionamento, porque o Brasil tem negado toda e qualquer pauta no que diz respeito à questão de  
679 reprodução, a questão do aborto, várias outras questões e, principalmente, a questão da saúde das mulheres. Diz  
680 ainda que, “é impressionante que este ano de 2020 a maneira como se comportou a delegação brasileira em apoio  
681 aos países, como Arábia Saudita, como Turquia que negam o direito da mulher de serem livres, e que o este  
682 conselho precisa se posicionar em relação a essa pauta, a câmara técnica também precisa informar ao fórum de  
683 Mulheres do Mercosul para está sempre presente nas reuniões da RMAAM e da RAADH, ainda diz que a AMSK  
684 teve neste ano a feliz participação de participar de duas comissões, um com a comissão dos direitos da mulher,  
685 outra com a comissão de igualdade racial, onde se posiciona dizendo; “nós ficamos perplexos com a participação  
686 da delegação brasileira, a ponto de na reunião geral, que é o plenário que também nesse caso participou, o governo  
687 brasileiro em plena pauta que é do comitê dos Ninhos e Ninhas do Brasil, e que adolescentes que estão na  
688 secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente sobre o comitê de participação de adolescentes do  
689 CONANDA sempre estiveram presentes, isso é uma pauta em que o estado, o Uruguai tem incentivado a  
690 participação dos adolescentes dos estados parte desse comitê, nós tivemos a representação brasileira dizendo que:  
691 "Não aprovou o encaminhamento dos adolescentes, porque a orientação do governo brasileiro era que se tinha  
692 que colocar em uma aprovação, que foi um comitê no plenário dos adolescentes, família." Porque o governo  
693 brasileiro trabalha com família. Ou seja, ficou caracterizado total desconhecimento daquela representação  
694 brasileira nesse plenário. E eu fiquei com vergonha, porque muitos membros, eu não vou falar o nome aqui de  
695 estados começaram a rir, porque a representação brasileira não sabia nem o que era o comitê Ninho e Ninhas Sul,  
696 sequer prestou atenção nas propostas dos adolescentes. E mais uma vez se comprova o Adulto centrismo em não  
697 permitir que os adolescentes possam expressar as suas considerações, as suas deliberações”. Afirma a importância  
698 de se tomar conhecimento como a delegação brasileira tem que se comportado nessas reuniões internacionais,  
699 porque fala do povo brasileiro, e nós enquanto o povo brasileiro, não concordamos em determinados  
700 encaminhamentos, e fica parecendo que a população brasileira está de acordo, é preciso fazer uma análise sim  
701 enquanto conselho nacional dos direitos da mulher, sobre esses encaminhamentos que a delegação brasileira tem  
702 feito nesses espaços internacionais, e isso foi pedido na coordenação política, para que a Câmara técnica  
703 internacional fizesse uma análise dos encaminhamentos que o governo brasileiro tem feito, principalmente, no  
704 que fez em relação a esse ano nas reuniões da ONU”, pois acredita que a maioria das conselheiras não está de  
705 acordo com o que o governo brasileiro tem apoiado e votado nas reuniões da ONU, principalmente, no que diz  
706 respeito aos direitos das mulheres do nosso país. Afirma ainda que é um retrocesso, solicita ainda que seja  
707 analisado quanto tem sido a participação governamental nesses espaços internacionais, pois não estão de acordo  
708 em que o Brasil queira apagar a palavra gênero de todos os documentos, e que inclusive nem aprovou um  
709 documento importante que diz respeito a questão da saúde da mulher, o Brasil não aprovou na ONU, afirma ainda  
710 que foi o único país na América latina que não aprovou e não podem ficar caladas enquanto um órgão colegiado,  
711 e precisam se manifestar”. Sra. Adélia Pessoa – Se manifesta dizendo que apoia a Lucimara, especialmente quanto



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

712 à necessidade de a Câmara técnica de internacional analisar a posição do estado brasileiro e trazer essa matéria  
713 para o conselho. Em relação ao que Juliana falou e que a Eunice falou informa que já estão desenvolvendo, tanto  
714 na OAB, geralmente em parceria com o instituto brasileiro de direito de família várias ações. Diz ainda que  
715 compartilhou no grupo um curso para ser realizado de 1 a 4 de dezembro para a qualificação, capacitação da  
716 advocacia que queira trabalhar com a mulher vítima, pois muitas vezes essas questões não são bem colocadas,  
717 como pode se ver no caso Mariana Ferrer. Informa ainda que a comissão já está funcionando em 17 estados, com  
718 temas como gênero e violência doméstica, porém precisa de parceria, e que sempre trabalham em rede com os  
719 conselhos estaduais e com os conselhos municipais. Comunica que vai disponibilizar um curso multidisciplinar  
720 com a visão, não só do jurídico, mas também de assistentes sociais, de psicólogos, de terapeutas, de profissionais  
721 da saúde para que a gente possa capacitar essas pessoas que trabalham, e que irão partir primeiro da área da  
722 advocacia, convidando a todas a participarem. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos (União Brasileira de Mulheres)  
723 – Manifesta dizendo que tem uma observação para fazer em relação à questão da Câmara Técnica internacional;  
724 “Nós tiramos alguns encaminhamentos e que acho que a Lucimara já colocou aí sobre posicionamento do governo  
725 brasileiro fora do Brasil, sobretudo, junto a ONU. Vanja compartilha dizendo participou de uma atividade da  
726 OPAS junto com a OMS onde o governo brasileiro se posicionou a respeito do combate ao câncer de colo do  
727 útero, e que o governo brasileiro se posicionou em alguns, e que muitos países se posicionaram dizendo; "Que  
728 pela forma com que eles vinham enfrentando, eles só irão conseguir eliminar o câncer de colo de útero daqui a  
729 80 anos, outro daqui a 50 anos." E o governo brasileiro se posicionou da seguinte forma: "Nós não tememos  
730 demorar, porque a demora significa dizer que nós estamos cuidando de que um dia isso vai mudar." Olha só, veja  
731 bem a postura com a qual o governo brasileiro se colocou nesse debate sobre uma temática tão forte como o  
732 combate ao câncer de colo de útero. Então essa foi uma reunião junto à OPAS e ao ministério da saúde que  
733 aconteceu na semana. E dessa forma o governo tem se posicionado”. Se posiciona dizendo que quando o governo  
734 se compromete e não oficializa esse comprometimento, é preocupante e são políticas internacionais, e diz que  
735 não vê no plano nacional de saúde, não estão vendo nesse decreto 10.531, que foi lançado agora recentemente,  
736 nós não vê em outros lugares. Finaliza dizendo; “Então cobrar do ministério, cobrar do governo brasileiro esses  
737 posicionamentos, essa política que é pactuada internacionalmente é muito importante, é isso que diz respeito a  
738 vida de todas as mulheres, a vida do povo brasileiro. Então a nossa Câmara deveria estar também voltada para  
739 essa questão”. Sra. Celina Alves Padilha Arêas – Explica; “Laudelina, na realidade, quem participou foi só  
740 Valdenice e eu da questão civil. E justamente para que a gente pudesse fazer uma avaliação da posição, e nós não  
741 participamos de nenhuma dessas atividades, a Câmara internacional não participou de nenhuma. Para que a gente  
742 pudesse fazer uma avaliação mais criteriosa sobre a posição do governo nesses temas internacionais é que nós  
743 propusemos que fizéssemos um boletim, um histórico, principalmente, dessa de 25/11 e 10/12, em como o  
744 governo está se portando atualmente sobre essas duas questões, a questão da mulher e a questão de direitos  
745 humanos, mas o que nós avaliamos é que não seríamos nós, a Câmara não teria essa função de chegar a apresentar,  
746 nem o boletim, nem o vídeo e etc. É por isso que nós trouxemos, achamos que era aqui nessa reunião que  
747 deveríamos discutir e aprovar o que fazer, para essa avaliação da posição do governo sobre a questão da mulher,  
748 a questão dos direitos humanos para que esse conselho se posicionasse. Então não é que nós não fizemos, nós  
749 achamos que tínhamos que trazer para o conselho fazer essa avaliação, porque nós não participamos de nenhuma  
750 das atividades. Sabemos a posição do governo em todas essas situações que a Lucimara colocou, que a Vanja  
751 falou, que eu concordo com todas elas, mas achamos que aqui no conselho é que deveria definir o que fazer e não  
752 só a comissão internacional”. Sra. Cristiane Britto – Diz que a Juliana, que a acompanha nas demandas  
753 internacionais poderia esclarecer, e se fosse o caso ate compartilhar um documento com o pleno, salvo engano já



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

754 compartilhado com a Câmara Técnica, citando a Juliana a que reunião se refere, no Mercosul última reunião da  
755 RMAAM, e diz ainda que foi construído um documento muito importante, e que a participação da SPM foi  
756 elogiada no Mercosul, e que aprovaram a elevação da decisão ao CNC. “Eu queria muito deixar isso aqui  
757 registrado e foi um grande passo, porque vai alterar toda a dinâmica do comércio internacional do Mercosul, que  
758 terá diretrizes específicas para a autonomia econômica das mulheres em toda a sua diversidade, com perspectiva  
759 de gênero e a interseccionalidade. Esse documento é muito claro e é importante que vocês tenham conhecimento  
760 dele para ver que na última participação nossa do Mercosul isso ficou claro. Então quando falar que a gente está  
761 exigindo que retire palavras como gênero, isso não corresponde à verdade”. Solicita que Juliana encaminhe para  
762 Crislane para que o documento seja compartilhado com o pleno, e chama atenção dizendo que é um dos  
763 documentos mais importantes dos últimos meses na pauta da mulher em âmbito internacional. Sra. Lucimara  
764 Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) – Fez um breve resumo de como foi a reunião. Com ela estiveram presentes  
765 à conselheira Dirlene, a Daniele Lanius, da casa civil, que também faz parte da Câmara técnica de legislação e  
766 normas e a Jessica, da SNPM. A metodologia utilizada foi apresentar os projetos, os atos normativos, os processos  
767 legislativos que foi apresentado na reunião 18 de agosto. Foi abordado qual a situação em que eles se encontram  
768 agora no momento, se houve tramitação, se está parado ou não. O projeto de lei nº 1444, de 3 de abril de 2020,  
769 que acrescenta à lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, artigos que estabelecem medidas emergenciais de proteção à  
770 mulher vítima de violência doméstica e recursos extraordinários emergenciais para garantir o funcionamento das  
771 casas abrigo dos centros de atendimento integral e multidisciplinares para mulheres durante a emergência de  
772 saúde pública, decorrente da pandemia do Coronavírus. Ele foi aprovado no plenário da Câmara federal, enviado  
773 para análise do senado federal em 13 de julho de 2020, até o momento, recebeu duas emendas parlamentares, e  
774 não houve designação de relator, está aguardando análise do plenário do senado federal desde 27 de julho de  
775 2020, apesar da Câmara legislativa ter dado em caráter de urgência para a aprovação, tendo em vista o assunto  
776 que é realmente relevante, o senado sequer a mesa diretora deu encaminhamento com tramitação, então não  
777 autorizou até o momento o trâmite para as comissões para análise. 2) Projeto de lei 1615, 6 de abril de 2020,  
778 determina a licença de trabalhadores incluídos nos grupos de risco do Covid-19, grávidas e puérperas em virtude  
779 do estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo nº 6/2020, até o momento aguardando  
780 despacho do presidente da Câmara dos deputados para a tramitação, a mesa diretora da Câmara, até o momento,  
781 não deu o ok para que seja tramitado nas comissões. 3) O projeto de lei nº 2690 14 de maio de 2020 dispõe sobre  
782 condições mínimas para oferta e manutenção de serviço de acolhimento de mulheres e seus dependentes em  
783 situação de violência doméstica e familiar, em casas abrigos de que trata o inciso II do artigo 35 da lei nº 11.340,  
784 de 7 de agosto de 2006, a lei Maria da Penha, no dia 3 de novembro de 2020 a mesa diretora da Câmara federal  
785 autoriza a tramitação em regime ordinário as comissões de defesa dos direitos da mulher, Seguridade social e  
786 família de constituição e justiça e de cidadania. Em 6 de novembro de 2020, foi encaminhado à redação do PL  
787 para a comissão dos direitos da mulher. Até o momento aguardando a designação de relator na comissão de defesa  
788 dos direitos da mulher. 4) O projeto de lei 3939, de 24 de junho de 2020, determina o afastamento do trabalho  
789 presencial das trabalhadoras gestantes enquanto persistir a vigência do decreto legislativo nº 6/2020, ela está  
790 pronta para a pauta do plenário, aprovado no plenário da Câmara federal, enviado para análise do senado federal  
791 em 27 de agosto de 2020, desde então, até o momento está parado na secretaria legislativa do senado federal sem  
792 qualquer análise, portanto ainda não houve autorização pela mesa diretora do senado para que se encaminhe para  
793 as comissões fazer as suas análises. 5) Propostas de emenda à constituição, PEC nº 26, 22 de julho de 2020,  
794 determina que o Fundeb seja instituído em caráter permanente em cada estado para desenvolvimento da educação  
795 básica, aumenta a complementação de recursos da união, distribui percentual do ICMS aos municípios na



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

796 aprendizagem, assegura a participação da sociedade no planejamento das políticas sociais, em 27 de agosto de  
797 2020, transformada em norma jurídica. As mesas do senado e Câmara aprovaram em plenário conjunto a emenda  
798 constitucional nº 108/2020 que foi publicada no diário oficial 26 de agosto de 2020. O Fundeb agora, não precisa  
799 mais da análise decenal, ou seja, de dez meses para normalizar para que haja a continuidade, agora, o Fundeb é  
800 permanente. 6) É o veto 35/2020, e o projeto de lei nº 2508/2020, que altera a lei nº 13.982, 2 de abril de 2020  
801 para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do  
802 auxílio emergencial de que trata o seu artigo segundo. No dia 4 de novembro de 2020 incluída na pauta do plenário  
803 do congresso nacional a sessão conjunta Câmara e senado, mas infelizmente foi retirado de pauta e agora aguarda  
804 a próxima reunião, que provavelmente será em dezembro. 7) Projeto de lei nº 4213, de 14 de agosto de 2020,  
805 altera a lei 9504/1997 para extinguir a reserva de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas para o mandato  
806 eletivo preenchido pelo sistema proporcional, que está aguardando o despacho do presidente da Câmara dos  
807 deputados. Lucimara afirma que esse projeto de lei, a mesa diretora da Câmara federal ainda não autorizou a  
808 tramitação nas comissões, e ainda diz; “não sei se as conselheiras lembram, mas nós fizemos moções com esses  
809 atos normativos, com esses processos legislativos, onde pedia em alguma celeridade para julgamento e outros  
810 para arquivamento, que o caso desse projeto de lei nº 4213 que nós consideramos um absurdo que uma  
811 parlamentar mulher tenha colocado isso. Então pelo visto vai provavelmente vai ser pelo arquivamento”.  
812 Encaminhamentos desta Câmara: O CNDM expedir o ofício à mesa diretora da Câmara federal para a autorização  
813 da tramitação em caráter de urgência do projeto de lei nº 1615, 6 de abril de 2020, e pelo arquivamento do projeto  
814 de lei 4213, 14 de agosto de 2020. Ofício a ser encaminhado a comissão dos direitos da mulher para a tramitação  
815 em caráter de urgência do projeto de lei 2690, 14 de maio de 2020. Ofício a ser encaminhado ao senado federal:  
816 Dar celeridade em caráter de urgência na análise do projeto de lei nº 1444, 3 de abril de 2020 e do projeto de lei  
817 nº 3932, 24 de julho de 2020. Ofício a ser encaminhado também as mesas diretoras da Câmara e do senado federal  
818 para a inclusão na pauta do plenário do congresso nacional a ser analisada, ainda em 2020, do veto 35/2020 ao  
819 projeto de lei nº 2508/2020. Tendo em vista esses encaminhamentos, está à disposição para votação no plenário  
820 se estão de acordo ao encaminhamento desses ofícios. Sra. Lucimara Varanis Cavalcante (AMSK/Brasil) –  
821 Apresenta a análise da conjuntura política, econômica e social do país que fez em conjunto com a Câmara técnica  
822 de legislação e normas. “Vivemos o aprofundamento de uma crise do capitalismo neoliberal onde a retirada de  
823 direitos, ataques a democracia e a individualização das responsabilidades passa a ser o centro da política. Nesta  
824 lógica, a privatização das empresas estatais com a redução do estado faz parte desse processo, como saúde,  
825 educação, assistência social, moradia, assumida pela constituição como política pública, direito à cidadania e  
826 liberdades individuais, são totalmente sucateadas e precarizados. A crise econômica e estrutural se aprofunda a  
827 partir do mês de março de 2020, em decorrência de vários fatores, dos quais, a nova doença por Coronavírus, a  
828 Covid-19, contaminação pelo vírus Sars-cov-2, o Novo Coronavírus, as restrições à mobilidade de pessoas deixam  
829 até hoje trabalhadores e trabalhadoras em um cenário consequente de diminuição da renda familiar, afetando  
830 drasticamente sua qualidade de vida”. Em seguida foi apresentado pela conselheira Lucimara os dados da pesquisa  
831 nacional por amostra dos domicílios contínuo mensal. Lucimara diz; “É lamentável que as mulheres provedoras  
832 financeira de suas famílias tenham de arcar, mais uma vez, com os custos a sobrevivência, em face do desmonte  
833 das políticas públicas. As eleições não sinalizam mudanças econômicas, mas sinalizaram algo novo, dando um  
834 princípio de resposta ao total desrespeito para com intensa exclusão das mulheres, a população LGBTQIA,  
835 população negra, indígena, Quilombolas, como nunca antes ocorrera no Brasil e, claro, que ainda muito longe da  
836 real representação desses diversos setores”. Nessas circunstâncias, o conselho nacional dos direitos da mulher  
837 deve agir para que não haja nenhum retrocesso dos direitos já conquistados pelas trabalhadoras deste país. A



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

838 Câmara técnica de legislação e normas faz os seguintes encaminhamentos: 1) O CNDM encaminhar ofício de  
839 solicitação de informações ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos as ações realizadas junto  
840 ao ministério da economia para assegurar os direitos trabalhistas das mulheres conquistados ao longo dos tempos.  
841 B) Solicitar ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o motivo da redução do orçamento 2001  
842 para as pautas de execução da política dos direitos das mulheres. Item 2 de encaminhamento: A secretaria nacional  
843 de políticas para as mulheres apresentar as ações de medidas protetivas e para as mulheres. Quais as ações têm  
844 sido feitas até o momento? 3) O CNDM encaminhar ofício de solicitação de informações ao conselho estaduais  
845 sobre os impactos da política econômica desenvolvida no país na vida das mulheres residentes nos nossos  
846 territórios. Esses são os encaminhamentos para a análise econômica da qual a Câmara técnica de legislação e  
847 normas realizou. O próximo ponto de pauta foi o calendário de reuniões do CNDM para 2020, aprovado. As  
848 reuniões ficaram na 4ª e 5ª e sempre na última semana de cada mês. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos (União  
849 Brasileira de Mulheres) – Fez um breve resumo de como foi a reunião da Câmara técnica de monitoramento do  
850 plano nacional de política para as mulheres, baseou-se, estabeleceu-se apenas o debate sobre o fórum, que é o  
851 fórum de conselhos para debater, para discutir as políticas para as mulheres nas regiões. Alguns encaminhamentos  
852 em relação à realização desse fórum, ficou para o dia 10 de dezembro, finalizando essa data, esses 21 dias de  
853 ativismo em combate na violência contra a mulher. Ficou decidido que os conselhos estaduais vão se reunir 02 dias  
854 antes por região para poder fechar a sua apresentação desse fórum do dia 10. Dia 26 e 27 pela manhã e tarde  
855 acontecerão as reuniões dos fóruns de conselhos por região com acompanhamento da comissão de monitoramento  
856 e da mesa diretora do conselho. No dia 26 pela manhã vai se apresentar o Nordeste, e à tarde o norte, por 2h no  
857 máximo. Dia 27 o sudeste pela manhã e à tarde o Centro-Oeste e o Sul, finalizando às 17h. No dia 10, às 9h da  
858 manhã inicia o fórum, o intuito desse fórum é para avaliar as políticas públicas por região. Às 9h a Cristiane,  
859 presidenta do conselho, abre fazendo uma exposição sobre a política nacional para as mulheres seguida pelos  
860 estados, pelas regiões. Após fazer a avaliação de todas as regiões, ter-se-á uma visão de como se tem comportado  
861 as políticas públicas nessas regiões e esse resultado vai gerar um relatório, que vai ser um dos anexos da V  
862 conferência nacional de políticas para as mulheres. A ideia é que esse levantamento das regiões dê uma base para  
863 que possa ter um olhar sobre como que estão as políticas por região e oferecer isso para as participantes das  
864 conferências. Espera-se nessas reuniões do dia 26 e 27 uma ampla participação dos conselhos estaduais e dos  
865 conselhos de capital, porque esse vai ser o público-alvo, os conselhos estaduais e os conselhos de capital, porque  
866 boa parte dos serviços relacionados ao atendimento da mulher estão concentrados na capital. Tudo vai servir como  
867 base para que tenha-se em mãos, se não é uma avaliação mais precisa, pelo menos um panorama das políticas  
868 pelo Brasil. Sra. Adélia Pessoa – Solicita que Lucimara envie o relatório apresentado, e de todas as comissões.  
869 Questiona qual critério foi usado para definir qual estado vai falar no fórum visto que no total são 9 estados, e  
870 apenas um vai falar. Questiona ainda se todos os conselhos já estão cientes das datas, pois quase todas estão  
871 ocupadas com várias frentes de trabalho devido aos 21 dias de ativismo. Sra. Vanja Andrea Reis dos Santos  
872 (União Brasileira de Mulheres) – Explica que a aprovação do fórum foi feita na última reunião, e que foi  
873 apresentado com essas propostas de estados para apresentação. Esclarece ainda que as propostas do estado foi  
874 baseado na relação em que se tem desse conselho e das conselheiras e da atuação dos conselhos, cita como  
875 exemplo, a Bahia, que tem participado e mandado representante inclusive dos fóruns, que tem sido feito, da  
876 mesma forma o Maranhão. Explica ainda que isso não significa que os outros estados estão sendo vetados, foi  
877 apenas a proposta de colocar um estado que tem participado efetivamente no conselho para poder interagir com  
878 todos, afirma ainda que todos os conselhos serão ouvidos, por isso essa plenária do interconselhos, para que cada  
879 um tenha a chance de expor o que está dando certo ou não em seu estado. Diz ainda que dentro da comissão ouve



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

880 a proposta de fazer depois do dia 10, só que iria ficar muito próximo do natal e algumas pessoas poderiam não  
881 estar presente, janeiro é mês de férias e recesso, então a melhor data foi essa. Sra. Cristiane Britto – Parabeniza a  
882 Vanja pela programação, e diz que está de apoio, diz que ainda que seria de fato um encerramento dos 21 dias de  
883 ativismo, e que seria a programação da própria secretaria para esse dia, e que aguarda sugestões. Sra. Lucinete  
884 Tavares (Coordenadora Executiva do Fórum de Direito das Crianças e do Adolescente do Amapá) – Cumprimenta  
885 a todas, e lamenta a realidade que estão passando, ao ponto de virarem até Meme na Internet no meio jurídico, e  
886 ainda diz; “essa escuridão que se tornou as nossas vidas, como se não bastasse a pandemia, o isolamento social,  
887 agora mais do que nunca está claro o descaso das políticas públicas quando se trata de energia elétrica. É um  
888 estado rico, o estado que tem quatro hidrelétricas, que fornece a energia para o resto do Brasil, hoje ainda se  
889 encontra às escuras”. Afirma que está fala não é apenas dela, mas de todas as mulheres do Amapá, em especial  
890 aquelas que correm o sangue indígena, o sangue negro, as brancas, todas as mulheres, as jovens, as idosas. Explica  
891 ainda que essa situação tem afetado as mulheres tanto fisicamente, psicologicamente, pois são mães, avós,  
892 esposas, e ter seus direitos básicos violados, como o direito a luz, a água potável, o direito de poder ter dentro da  
893 sua casa os eletrodomésticos com a sua garantia de que não vão queimar, porque dentre tudo que aconteceu,  
894 centenas de famílias perderam muitas coisas. Afirma que até o dia anterior a esta reunião tiveram 10 perícias de  
895 casos que pegaram fogo ou por curto-circuito, ou por uso de velas. Afirma ainda que dezenas, centenas de famílias  
896 perderam medicamentos, insulina, porque não tinham aonde conservar. Afirma ainda que centenas de crianças  
897 especiais, autistas ou qualquer tipo de transtorno que já estavam sofrendo com o isolamento social, agora ainda  
898 sofrem com a escuridão, além de ter mulheres que estão hospitalizadas. Ainda diz sobre terem de lidar com preço  
899 abusivo das coisas que foram aumentadas, por exemplo, uma água que era R\$6,00, está R\$15,00. Citou ainda o  
900 caso de um garoto de 13 anos que foi atingido por uma bala perdida, por estar no local errado, no hora errada, ele  
901 estava exercendo seu direito de manifestar junto com a sua família, e a polícia com a truculência para impedir  
902 aquele ato democrático, chegou atirando com bala de borracha, o adolescente foi atingido no rosto, no olho,  
903 perdeu uma visão, a visão de um dos lados do olho. Afirma ainda que estão vivendo um confronto de área de  
904 segurança, pois na escuridão não se sabe o que pode acontecer, quem pode entrar em suas casas, e isso pode lhes  
905 trazer risco. Lucinete ainda aproveita para falar sobre a omissão de muitos políticos, que apesar de todo esse  
906 sofrimento, o presidente do senado federal, simplesmente está empenhado em eleger o irmão a presidente de  
907 Macapá, e afirma que não é uma questão política, uma questão de dignidade, é uma questão humana, o ser humano  
908 precisa ser prioridade. Faz um resumo breve de como tem sido seus dias com o filho adolescente autista, que ele  
909 tem vivido dias horríveis por conta do isolamento social, sem escola, praças ou passeios, e que se sente impotente  
910 diante da necessidade dele. Ainda diz que eles precisam de ajuda não por estarem no escuro, mas porque pagam  
911 impostos e estão sem seus direitos básicos. Cita a situação do transformador que pegou fogo e que não foi por  
912 conta de um raio, a perícia já comprovou que foi problema técnico. E um transformador está há quase um ano  
913 sem manutenção e o outro estava com defeito. E onde estavam os nossos políticos quando o papel deles também  
914 a fiscalizar? Questiona onde está a ajuda que tem ido para o Amapá, quer saber das 18 toneladas de alimentos que  
915 chegaram, e não recebem respostas: "Ah, está com a defesa civil, a defesa civil vai distribuir, foi para a prefeitura"  
916 ... Não conseguem informação concreta. Ainda questiona; “Os 21 milhões que vieram para dar apoio para o  
917 Amapá para ajudar o Amapá, cadê esses 21 milhões? Como que ele vai ser utilizado? De que forma que ele vai  
918 ser utilizado? Infelizmente nós temos um histórico de corrupção muito grave no nosso estado, mas nós também  
919 temos muitas potencialidades, nós temos muita coisa bonita para mostrar, infelizmente nesse momento eu venho  
920 aqui para mostrar o que é ruim e eu espero que isso sirva como exemplo para que todos nós possamos dar a  
921 atenção das políticas públicas básicas para aquilo que nos dá condições de vida”. Finaliza agradecendo pela



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

oportunidade de estar podendo falar, e ser ouvida. Sra. Gláucia diz que se coloca no lugar de Lucinete, e que está representando o governo, e afirma ter algumas boas notícias que espera que realmente se concretizem. O governo federal já está trabalhando junto com o BNDES para que seja feita a licitação para aquele serviço de abastecimento de água. Explica ainda que no Amapá há treze hidrelétricas, dessas treze hidrelétricas, elas deveriam ser suficientes para fazer a alimentação de toda a região ali. Ainda diz; “Desconheço se seria por causa de transformador, ou gerador, sei que houve ali uma falha e, por conta da ausência de luz, as águas somente podem ser levadas por bomba, pois parece que não tem caixas-d'água em tamanho suficiente para a distribuição em grande volume”. Espera-se que essa questão em breve seja solucionada. Talvez com uma parceria público privada através de uma concessão, através de uma maior regulamentação, de uma fiscalização, garante ainda que a agência reguladora de água e saneamento do estado, está atuando firmemente para que isso seja regularizado o mais rápido possível. Afirma ainda que o BNDES, está elaborando realmente estudos concretos para que a solução chegue no menor prazo possível. No entanto, a solução não será imediata, porque há necessidade de infraestrutura, lembrando que a competência de abastecimento de água e saneamento básico é do município, a distribuição de energia elétrica ali também é competência do estado, não do governo federal, mas o governo federal está envidando os melhores esforços, colocou o BNDES para ajudar no planejamento para solucionar essa questão de uma forma eficaz para que isso não aconteça nunca mais. CONSELHEIRA MARIA DIRLENE – Se posiciona dizendo que o que a Lucinete traz é algo muito sério, e que o estado acaba funcionando para viabilizar a iniciativa privada, diz ainda que não se pode ficar pensando que é um problema do Amapá, é um problema da lógica de um projeto social, econômico que se impôs no Brasil desde os anos 90 e que só está a cada dia se aprofundando ainda mais, afirma que o que fazem é resolver um problema com outro problema, dando como exemplo, um problema com mais privatização, com mais parceria público privada, e nunca na lógica de que o estado, não é o problema da lucratividade, e de não ter obrigado que eles mantivessem os geradores funcionando como deveriam, por isso eram três geradores, dois estragaram, restando apenas um, e ninguém fez nada, e se continuarem não fazendo nada, isso vai acabar acontecendo em todo o Brasil. CONSELHEIRA LUCIMARA CAVALCANTE, chama a atenção para a importância de ouvir a Lucinete neste momento, para que todas tenham entendimento do caos que está com a população e desumanização promovida pelo estado, solicita então às conselheiras da casa civil, as conselheiras governamentais, do ministério da mulher da família e dos direitos humanos, a própria secretária vejam o que está acontecendo com a população brasileira do Amapá, pois o estado do Amapá está em calamidade pública. Encaminhamentos da AMSK; solicita às conselheiras governamentais mais ação, porque a população do Amapá pede socorro, diz ainda que não está nada resolvido no Amapá como o Presidente disse em live. Por isso a necessidade de saber o que é que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de fato efetivamente está fazendo para socorrer a dignidade humana da população do Amapá. CONSELHEIRA CELINA ALVES, se posiciona dizendo que não tem sentido uma região de 13 hidrelétricas e passar mais de 15 dias sem luz. Na realidade, infelizmente, mesmo que seja no município, que seja no estado, entende que numa situação dessa, o Governo Federal tem que intervir. Cita duas situações, uma em que um trabalhador teve de enfrentar a polícia por querer manifestar, e a polícia querendo prender, e sobre a manifestação nas ruas com pneus queimando, e que houve repressão, questiona então porque não tem uma repressão para essa empresa que descuidou de uma questão pública essencial a qualquer pessoa, a qualquer sociedade. Finaliza então deixando claro de que concorda com os encaminhamentos da Lucimara de que esse Conselho tem que tomar alguma medida, exigir dos órgãos públicos que tomem uma medida, se colocando à disposição. CONSELHEIRA ANDREMARA DOS SANTOS, a Constituição Federal diz no Artigo 21 que compete à União os serviços e instalações de energia elétrica, e o aproveitamento energético dos cursos de água em articulação com os estados, onde se situam as potências hidro



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

964 energéticas. Diz ainda; “Então com todo o respeito pela Conselheira Gláucia no que na parte referente a ser  
965 competência do estado essa questão da energia, eu afirmo com base na Constituição que esse problema da energia  
966 no estado do Amapá é um problema de todo o Brasil, mas é um problema da União, é uma questão efetivamente  
967 de gestão”. Afirmo que a situação é caótica, e que era para estar uma equipe do Governo Federal lá de emergência,  
968 centrada, assentada lá para arranjar solução. Sugere a todas que façam uma moção, apresentando um  
969 encaminhamento, uma sugestão, de que o BNDES financie projetos para comunidades, organizar um projeto em  
970 que o BNDES financie esses sistemas geradores de energia solar. Diz ainda que existem soluções possíveis.  
971 PRESIDENTE CRISTIANE BRITTO, diz que é importante que se tenha transparência nas ações que estão sendo  
972 feita pelo Governo Federal no estado, ou seja, tem os Conselhos de Direito, então a sociedade civil precisa estar  
973 presente, senão ativamente, mas que receba as informações do Comitê de Crise que foi instalado, para receber a  
974 informação a passar, pois afirma que não tem como dizer que está acontecendo isso ou aquilo se não tem a  
975 informação. Ainda diz, “Eu sei o que vem de cima, mas o que realmente está acontecendo e para onde está indo,  
976 o que está sendo feito com o recurso e com o material que está sendo doado, eu não sei dizer, afirmar. O que a  
977 gente sabe é que várias entidades da sociedade civil estão nas ruas, fazendo coleta de alimentos, doando, levando  
978 para as comunidades quilombolas, para as comunidades mais distantes, entendeu, isso a gente sabe”. Ainda diz  
979 que já foi nas redes sociais questionar “cadê os Conselhos de Direito?” Sugere que de repente no documento,  
980 além dessa proposta, poderia constar também essa recomendação de participação da sociedade civil, e que  
981 poderiam falar no dos Conselhos de Direito, no Comitê de Crise, e que esse seria um encaminhamento concreto,  
982 prático. CONSELHEIRA SÔNIA MARIA ZERINO, se solidariza à companheira Lucinete e a todos os  
983 amapaenses. E diz que a privatização do setor elétrico, sempre foi sinônimo de apagão, citando o que aconteceu  
984 em 2000, o período de maior avanço da privatização do setor, naquela época, atingiu todo o Brasil, então o que  
985 está acontecendo no Amapá não é novidade, é resgatar tudo aquilo que aconteceu em 2000 com o início da  
986 privatização, e aí já sinaliza novamente a privatização da Eletrobrás. Diante de tudo que está acontecendo, que  
987 todas tomaram conhecimento, foi feito um documento para entregar inclusive ao Senador Alcolumbre, que como  
988 foi colocado tão bem a posição dele politicamente diante do impasse coletivo que todo mundo passa, quem se  
989 tem visto fazer alguma coisa, tem sido o Senador Randolfe. Diz ainda que ele conseguiu um auxílio independente  
990 do auxílio-emergencial, para esse problema que está acontecendo. E ele protocolou um documento pedindo o  
991 cancelamento da concessão, então isso é muito importante, porque só se fala em privatização, e para entregar o  
992 setor privado para deixarem o povo brasileiro à mercê, como está acontecendo no Amapá, e quando agora  
993 aconteceu, quem está socorrendo, é a Eletrobrás. E os transformadores que chegaram para subsidiar parte da  
994 energia que está sendo distribuída para os amapaenses, foram da Eletrobrás. Diz ainda que tem alguns sindicatos  
995 do Amapá, que têm feito alguma mobilização na questão da distribuição da água, de algumas cestas básicas para  
996 a população. PRESIDENTE CRISTIANE RODRIGUES BRITTO, Informa que como havia também recebido  
997 essas demandas e indagado com a posição do Ministério, como secretários, foi levado até a Ministra todos esses  
998 questionamentos. E solicita que Crislane mostre na tela para complementar a sugestão da Andremara, um  
999 posicionamento que saiu ontem, das ações que estão no Planejamento para a região, para que todas as  
000 Conselheiras já vejam o que está sendo discutido e projetado em âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.  
001 COORDENADORA CRISLANE PINTO, lê todas as perguntas: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos  
002 Humanos, nota explicativa. A presente nota traz ações que o Ministério tem desenvolvido e desenvolverá no  
003 Amapá em face da crise energética. Tão logo a crise se iniciou, a pasta entrou em contato com os atores da  
004 sociedade civil tais como: Cruz Vermelha e Mesa Brasil, e com o programa Pátria Voluntária da Casa Civil para  
005 mobilizar doações e voluntários para prestar assistência humanitária às famílias em situação de vulnerabilidade,



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

decorrente do apagão. Além disso, cada Secretaria Nacional do Ministério, buscou atuar na mobilização de sua rede de proteção dos municípios e no estado. Bem como implementar e desenvolver outras iniciativas emergenciais para atender os mais vulneráveis. Essas são as ações relativas brevemente a seguir por Secretaria. Secretaria Nacional de Proteção Global, a SNPG afirmou em 04/11/2020 o termo de convênio nº 90.407/2020 com a Prefeitura Municipal de Macapá, com o objetivo de organizar a rede de atendimento à população LGBT, capacitar os funcionários públicos e técnicos que irão trabalhar na rede de proteção à população LGBT, promovendo o fortalecimento, a humanização e a proteção para a população historicamente excluída. O termo de convênio terá vigência de 24 meses, com recursos financeiros para execução do objeto desse governo. É de R\$ 101 mil, sendo R\$ 100 mil relativos ao presente exercício. Ocorrerão a conta da dotação alcançada no orçamento do concedente, autorizado pela Lei 13.957 de 18 de dezembro de 2019. Publicada no DOU de 21/11, Urgência 81006, assegurando as notas de empenho nº 2020680018, vinculadas ao programa de trabalho número, e aí só com o número que a gente traz, R\$ 1 mil relativos à contrapartida do conveniente. Asseguradas à Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, da Fonte 01, recurso do Tesouro, ficha 587. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa do Direito da Pessoa Idosa, e suas instituições de longa permanência para idoso. Que foram habilitadas no estado do Amapá, que receberão o auxílio financeiro emergencial nos termos estabelecidos pela Portaria 2.121 de 03 de setembro de 2020. Listagem de habilitadas enviadas para a função Fundação Banco do Brasil, auxílio financeiro emergencial. Amapá, município de Macapá, nome, ILPI, Abrigo São José, Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização. Per capita, 1.321, repassados R\$ 155.560,60. Associação Casa Padre Luigi Brusadelli, R\$ 130.020,80. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresenta a atual condição de Conselho Tutelar do município de Macapá/Amapá. Haja vista que os demais municípios até o momento não responderam as demandas dessa coordenação, acerca da situação da falta de energia que acomete aquele estado há 15 dias. Neste dia 18/11/2020, às 9h da manhã, a Coordenação-Geral de Fortalecimento de Garantias de Direitos entrou em contato com o Conselho Tutelar de Macapá e por meio da Conselheira Tutelar Ana Célia, foi informado que o Conselho Tutelar tem mantido suas atividades, mesmo com o apagão, que já acontece há 15 dias na capital. A energia na região permanece instável, volta por minutos e cai novamente. Não houve aumento de casos envolvendo crianças e adolescentes nesse período. As demandas listadas antes do apagão, têm sido monitoradas, entretanto, os conselheiros estão sem acesso a computador, internet e telefone. Utilizando apenas o celular de plantão do Conselho. Os registros dos casos em andamento têm sido feito, a prefeitura e a Assistência Social tem dado apoio ao Conselho Tutelar, e não há previsão de normalidade até o presente momento. Ainda no mesmo dia 18/11 às 19h37, a Coordenação-Geral do Fortalecimento de Garantia de Direitos entrou em contato com a senhora Stéfane da Secretaria de Gabinete da Prefeitura, e a mesma informou que não há previsão de normalidade. Todo apoio está sendo oferecido aos Conselhos Tutelares por meio da Secretaria de Assistência Social, e fica à disposição para qualquer informação. Foi efetuado até o momento, foi efetuado contato com a Secretaria de Assistência Social do município, entretanto, não houve resposta até o momento. Destacou-se que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como a Secretaria Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, no âmbito das suas competências, encontra-se à disposição para apoiar no que for preciso e auxiliar o Conselho Tutelar. E a qualquer momento que seja necessário. A Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial, articulou um destaque orçamentário em valor próximo a R\$ 45 milhões, conforme a Medida Provisória nº 942 de 02 de abril de 2020. Enfrentamento de emergência de saúde pública da importância interacional do coronavírus nacional. Possibilitando uma parceria dessa Secretaria com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e com a FUNAI, firmando os termos de execução descentralizada nº 3 e 4, para aquisição e a disponibilização de cesta de alimento aos povos e comunidades tradicionais, indígenas e



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

048 quilombolas, em situação de vulnerabilidade em relação a sua segurança alimentar e nutricional, em face da  
049 pandemia coronavírus de 19. Diante disso, nesse semestre houve a distribuição de 1.432 cestas de alimentos aos  
050 quilombolas. Destaca ainda que quando da proposta de prorrogação de auxílio-emergencial para Amapá, como  
051 informamos, daquele segmento que estão no CadÚnico, portanto, pode se fazer a sua identificação como povos e  
052 comunidades tradicionais. Ou com população negra, universo para todos os contemplados do CadÚnico. E talvez  
053 seja um recorte mais assertivo neste momento. Seria de 153.246 beneficiados, pois não haveria distinção entre  
054 aqueles que são de baixa renda, conforme dados abaixo. Segue a tabela de dados, inscritos no Cadastro Único,  
055 beneficiários do Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único, mas não beneficiários do Bolsa Família. Ademais,  
056 essa Secretaria em contato com as lideranças quilombolas e demais PCTs do estado do Amapá, realizou o  
057 levantamento preliminar da necessidade mais latente em razão ao apagão. Sendo apontadas as seguintes: água  
058 potável, cesta de alimentos, gerador, além disso, foi informado que houve um aumento significativo de casos de  
059 Covid na região. A Secretaria Nacional de Juventude, trouxe, aproximarão os jovens do SENAI Amapá com os  
060 BRICS, energia e agência, que é a única agência de pesquisa internacional sobre desenvolvimento energético dos  
061 países do BRICS. Preparada por jovens pesquisadores cientistas, considerando que já existe contato com essa  
062 Secretaria Nacional, com a pauta da juventude relacionada ao desenvolvimento de soluções voltadas para a  
063 energia sustentável do BRICS, ainda no 6º BRICS ocorrer em 29/11 a 02/12, teremos uma sessão específica para  
064 a pauta de cooperação juvenil para o desenvolvimento energético, onde indicaremos delegados do Brasil para  
065 debater o tema e compartilhar as boas práticas executadas em nosso país. O Senado participará com a indicação  
066 de delegados que já atuam no Laboratório de Energia Fotovoltaica, recém inaugurado no município de Santana.  
067 Para atendimento de comunidade ribeirinha em situação de vulnerabilidade, tanto na formação de operadores,  
068 quanto na concepção de novas tecnologias. A Ação 02 adicionalmente realizamos no primeiro trimestre de 2021,  
069 em parceria com a OIJ – Organização Internacional de Juventude. A primeira edição do Parlamento Juvenil do  
070 Brasil, onde colocaremos 10 problemas para 100 jovens das cinco regiões do país solucionarem, bem como  
071 formulário e recomendações ao estado. Um dos problemas que serão colocados é a questão energética do Brasil.  
072 O BRICS que é um agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento econômico,  
073 trata-se de acrônimo de língua inglesa que é geralmente traduzido como os BRICS ou países BRICS, ou  
074 alternadamente como os cinco grandes. Secretaria Nacional de Família. Informa que a situação das famílias do  
075 Amapá e o impacto de interrupção no fornecimento de energia, o apagão ocorrido no Amapá causado por um  
076 incêndio em uma subestação de energia elétrica deixou boa parte da população do estado sem luz, desde o dia 03  
077 de novembro a população do estado convive com os apagões e o racionamento de energia, instabilidade elétrica,  
078 situação que até o momento não se normalizou. A subestação de distribuição de energia, operada pela empresa  
079 Gemini Energy, que é assumiu no final de 2019, após pedido de recuperação judicial da concessionária espanhola,  
080 LMTE. Com a população estimada de aproximadamente 680 mil pessoas, 40% da qual localizada na capital  
081 Macapá, a situação das famílias amapaenses enseja cuidados. Antes mesmo da pandemia Covid e do apagão, o  
082 estado apresenta indicadores socioeconômicos preocupantes, o rendimento mensal domiciliar per capita das  
083 famílias amapaenses era de apenas 800, e o estado possui a segunda maior taxa de desemprego do país em 2019,  
084 com 17% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho. A pandemia de Covid-19 fragilizou  
085 ainda mais a economia do estado, aumentando número de famílias vulneráveis, mesmo antes do início do período  
086 de isolamento, o estado possuía mais beneficiários do Bolsa Família do que pessoas com empregos formais.  
087 Diferença que tem cada vez mais aumentado. Se em 1980, o Amapá tinha uma taxa de homicídio de 3,99 entre  
088 as mais baixas do país, em 2017, o número de homicídios por 100 mil habitantes, havia chegado a 48,01. A  
089 incidência de violência é ainda mais grave entre os jovens de 15 a 29 anos, chegando a uma taxa de 100,22. O



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

090 problema que atinge as famílias, é o alto número de lares com a presença apenas de mãe. Esse é exatamente o  
091 grupo de que apresenta a principal, principais índices de pobreza e extrema pobreza. SIS 2020. O arranjo  
092 domiciliar formado por mulheres de cor, ou raça preta, ou parda, responsável sem cônjuge, com presença de filhos  
093 menores de 14 anos também é aqui que concentrou a maior incidência de pobreza, 24% dos moradores desses  
094 arranjos, tinha rendimento domiciliar per capita inferior a 1,90 dólar ou 64% inferior a 5,50 dólares. Em 2018,  
095 2.755 pessoas viviam em arranjos familiares formados por responsáveis sem cônjuges e conflitos até 14 anos,  
096 compreendendo 7,4% da população. Desse total, em 90,3% dos domicílios o responsável era uma mulher,  
097 considerando a situação de pobreza e extrema pobreza entre os arranjos familiares e os formados por mulheres  
098 sem cônjuge, com filhos menores de 14 anos, eles estão entre os mais concentrados na situação de pobreza  
099 extrema. Esses arranjos compreendem 20,6% do total da população que vive em extrema pobreza no país, diante  
100 dessa situação, o impacto da falta ou instabilidade do fornecimento de energia elétrica, pode ser mais grave e ter  
101 consequências mais duradouras para as famílias mais pobres, no caso dessa família que a mãe trabalha, é a única  
102 responsável e a falta de energia elétrica em certos horários pode comprometer a realização de certas tarefas  
103 domésticas, como cuidado com os filhos, que não podem ser realizadas durante o horário de trabalho. A  
104 conservação de alimentos também pode ser um impacto, impactada pela diminuição da segurança alimentar.  
105 Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e colaborado  
106 participativamente desde o apagão ocorrido no Amapá e se coloca à disposição para auxiliar no que for necessário.  
107 Presidente. Sra. Andremares dos Santos – Representante de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e  
108 Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – Diz que dentro do que lhes cabe agora, é  
109 fazer a moção, e que já viu que existem projetos de energia fotovoltaica em execução, mas que é para fazer o  
110 documento com os dois pontos levantados, um que a Lucinete sugeriu, que é a exigência da participação da  
111 sociedade civil para dar transparência à participação dos Conselhos de Direitos, locais. E antes dessa linha de  
112 financiamento pelo BNDES, abria-se um caráter emergencial para um projeto voltado à comunidade, pelo menos  
113 para associações, que viabilizem isso. E ainda acha, que isso é uma coisa propositiva porque ficou faltando  
114 justamente as ações da Secretaria Nacional, pode-se focar nas mulheres, mas não se sabe quais são, que entidades  
115 representativas se tem, a Secretaria Nacional entrou em contato com o Conselho de Direitos do Amapá, poderia  
116 estar citando aqui, deveria estar até aqui. Tem que pensar em algo que seja sustentável, duradouro, e eficiente, e  
117 que dê autonomia, e que dê independência como a questão da energia elétrica. Pergunta se Gláucia, tem noção de  
118 como se faz esse encaminhamento, e se posiciona dizendo que não gosta de algo que dependa de muitos órgãos,  
119 pois depois acaba não se fazendo nada. Diz ainda que devem fazer a proposta, mas devem saber de quem cobrar  
120 e a quem encaminhar, e que se tem umas competências inclusive de assessoramento até a presidência, tem uma  
121 Conselheira salve engano, Danielle, da própria Casa Civil. Afirma ainda que tem essa função dentro da lei de  
122 acesso, sugere então de repente fazer o documento e encaminhar para o Comitê de Crise, e para a Casa Civil lá  
123 da Presidência da República, porque então irão encaminhar para onde deve ser encaminhado. E volta a insistir na  
124 parceria que Cristiane tem, não sabe qual está sendo a ação do Ministério da Cidadania e dos Direitos, nem como  
125 é, da Cidadania por onde viu-se a questão do auxílio-emergencial, é fazer o documento e dar esses  
126 encaminhamentos, porque senão não vai, não pode fazer, não pode colocar o projeto, eles que são os técnicos que  
127 vão ter como viabilizar. Solicita ainda que Lucinete dê essa publicidade para fazer com que os Conselhos de  
128 Direito Local, a sociedade civil comece a exigir, se mobilizar junto a esses órgãos, cobrando. Se compromete  
129 então a fazer o documento e mandar para todas até amanhã de manhã, e daí encaminha para esses órgãos, Comitê  
130 de Crise, o Ministério da Cidadania, Casa Civil, Presidência da República, eu não sei como é que faz aí a coisa,  
131 e para lá, a questão da sociedade civil. Sra. Eunice Aparecida da Cruz – Federação das Associações de Mulheres



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

132 de Negócios e Profissionais (BPW-BRASIL) – Diz que faz parte de uma outra organização, nas extremidades do  
133 país. E que realmente, essa questão que os Conselhos têm o funcionamento precário, confirmando o que a própria  
134 Lucinete está dizendo que eles estão dentro dessa organização que ela pertence, que tem tentado trazer aí os  
135 Conselhos, e lá realmente é uma dificuldade enorme na organização da sociedade civil. Como todas puderam ver  
136 nessa nota explicativa, os índices de todas as coisas negativas e difíceis, tocantes a políticas públicas, tocante à  
137 cultura, educação, lá são grandes, há muitas dificuldades, as pessoas lutam lá com grandes dificuldades. E há uma  
138 grande ingerência dada a inteligência emocional das pessoas, em como estão se virando lá, sem luz e sem água,  
139 e sem todas as outras necessidades básicas que eles realmente não têm sido assistidas ou supridas. E diz ainda  
140 que quer corroborar com a proposição da Andremara, no sentido de que além de tentarem levar essa moção para  
141 todos os organismos pertinentes, que pudessem tentar fazer como organização civil, fazer chegar também à igreja,  
142 aos clubes de serviço, a todas as outras organizações, no sentido de dizer para eles que; “somos do Conselho  
143 Nacional dos Direitos da Mulher, somos representadas por mulheres de praticamente todo o Brasil, e estamos  
144 preocupadas com a situação do Amapá, e queremos saber o que vocês estão fazendo? Porque a Lucinete pode me  
145 desmentir, o pessoal de lá são pessoas cuja autoestima é muito baixa, eles têm uma dificuldade muito grande de  
146 entender quais são os seus direitos, de ir em busca dos seus direitos como cidadãos”. Diz que a proposição da  
147 Andremara é ótima, mas que os organismos governamentais, e que tem que de fato fazer chegar aos órgãos, aí  
148 claro que seria papel da Secretaria de distribuir isso ou a própria Lucinete, para todas as organizações da sociedade  
149 civil também para se tornarem parceiros nesta causa. Sra. Danielle Crisna Lanus - Secretária-Geral da Presidência  
150 da República – Diz para Andremara, que não se sente muito confortável se essa moção fizer alguma consideração  
151 muito específica sobre como deve ser, vamos supor, a matriz energética, porque acho que a gente não tem esse  
152 conhecimento muito no detalhe. Exemplo, qual é a melhor matriz energética, como funcionam as linhas de  
153 transmissão. Diz ainda que acha que essa moção é importante, mas que não deviam ir muito no que exatamente  
154 deve ser feito, porque não se tem um apoio técnico nesse aspecto, e que fica com medo de falarem, por exemplo,  
155 que tem que ser, e que precisam fazer algo de energia fotovoltaica. E que precisam entender qual a matriz,  
156 entender o que seria mais viável na região, e que se quiserem dar um encaminhamento tão específico, que teria  
157 que ser talvez uma moção um pouco mais genérica, ao menos que tenham uma consultoria específica, ou alguém  
158 da área que pudesse lhes dar uma luz sobre isso com mais detalhes. Agora com relação aos órgãos, sugere que  
159 seja encaminhado para todos, Ministério do Minas e Energia, Ministério da Economia, a Casa Civil não atua  
160 diretamente, mas atua na articulação dos órgãos, então também tem uma pertinência nesse aspecto. E reforça que  
161 está confusa sobre o que irão escrever nessa moção, pois lhe falta, um conhecimento técnico para dar um  
162 encaminhamento específico. Sra. Andremara dos Santos – Representante de Notório Conhecimento das Questões  
163 de Gênero e Atuação na Luta pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – Responde dizendo; Que tem  
164 que propor alternativas, e que se compromete em fazer a minuta, que isso terá que ser discutido, e que não vão  
165 entrar nessa questão, porque isso realmente não podem, mas é no sentido de financiar alternativas viáveis e  
166 sustentáveis como a energia solar, e o próprio documento que irão mandar que foi apresentado pela Secretaria,  
167 foi noticiado inclusive projeto de apoio a comunidades ribeirinhas, dentro dessa matriz energética. Então parece  
168 que é algo viável, para que o governo tome alguma atitude, isso é política, isso é vontade política, quando se tem  
169 vontade política, aparecem soluções. A questão pontuada foi nesse sentido, isso é incompetência, isso não é coisa  
170 do estado só, a união tem competência, lá descrito no Artigo Sra. Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenação do  
171 Conselho) – Agradece as conselheiras e esclarece, que não é porque a Conselheira Andremara sugeriu a moção,  
172 que a moção esteja aprovada, pelo contrário, ela está propondo e discutindo a forma de fazer, e ela vai ser votada,  
173 não teve deliberação agora pelo período da tarde, porque não teve quórum de votação, que é o mínimo de 21



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

174 pessoas. Então a proposta vai ser enviada por e-mail, todos vão poder fazer seus destaques ou alterações do texto,  
175 e votar a proposta final. Sra. Cristiane Rodrigues Britto – Presidente SNMP/MMFDH – Acha que a solução da  
176 Andremara agora construída, e complementada pelas demais Conselheiras, é um caminho muito interessante e o  
177 Conselho vai cumprir esse papel. Afirma ainda que está mandando mensagens, tentando falar com a Deputada  
178 Aline Gurgel, que é Procuradora da Mulher na Câmara e do estado, para ver se ela consegue, ou se ela tem o  
179 contato da Conselheira de lá, e que vai continuar também tentando a articulação, e deixa livre para qualquer coisa  
180 avisarem também, para construírem em conjunto, e faz a votação por e-mail, o Cocevid também como a  
181 Andremara falou, pode ser um apoio também no local. Sra. Maria Crislane Pinto Pereira (Coordenação do  
182 Conselho) – Agradece as Conselheiras, e afirma que a Conselheira Andremara vai enviar por e-mail a primeira  
183 proposta, fazer as alterações ou proposições. E diz que podem passar para a próxima pauta que é a apresentação  
184 dos projetos do Departamento da SNPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Sra. Cristiane  
185 Rodrigues Britto – Presidente SNMP/MMFDH – Faz a apresentação da Fernanda Massaro, e diz que ela está há  
186 apenas 60 dias como a nova Diretora do DPMRS, foi uma das alterações feitas na Secretaria. E ela tem já um  
187 histórico em outros Ministérios, da Educação, da Economia, tem uma visão bem objetiva e eficiente para  
188 empregabilidade, qualificação das mulheres. E a deixa à vontade para apresentar quais são os seus planos para  
189 esse departamento. Sra. Fernanda Massaro – Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais –  
190 Agradece a Secretária, e as conselheiras, e dá andamento a sua apresentação, se colocando à disposição para estar  
191 dialogando, todas as pautas relacionadas à autonomia econômica. Então o Departamento de Política para as  
192 Mulheres e Relações Sociais, está empenhado em tocar a pauta, de autonomia econômica especialmente nos  
193 estados que apresentaram maior demanda, mas o olhar também para até o primeiro semestre de 2021 é que consiga  
194 priorizar todos os estados, até aqueles mesmos que ainda não foram recepcionados nenhum tipo de intenção de  
195 projeto por parte de universidades, de instituto, afirmando que estão sempre bem abertos ao diálogo. O foco do  
196 departamento é por meio da valorização dos direitos humanos e da cidadania, se preocupar bastante com a  
197 educação profissional, a qualificação, a capacitação, o empreendedorismo com o objetivo de gerar emprego e  
198 renda para todas essas mulheres. Dentro do departamento tem duas grandes coordenações, que é a Coordenação  
199 Social, a Coordenação da Contribuição Social da Mulher. Tem a Coordenação do Trabalho, Projeção Econômica,  
200 e dentro dessas coordenações, tem servidores que atuam. Recentemente foi firmado um Acordo de Cooperação  
201 Técnica com a Caixa Econômica Federal, esse acordo de cooperação, prevê soluções bancárias de adesão  
202 facultativa a essas mulheres, aí para isso, tem algumas oficinas sendo realizadas, dentro da Casa da Mulher  
203 Brasileira, diz que tem trabalhado também dentro desse Acordo de Cooperação Técnica, estudos técnicos com  
204 temas que gerem benefícios para essas mulheres. A Caixa Econômica também tem atuado por meio de produtos  
205 diferenciados para essa mulher, microcrédito, o acesso a seguros com valores diferenciados, com valores  
206 aparentemente bem melhores do que o regular em todos os outros bancos, a Caixa então tem sido o ponto de  
207 suporte para atender os mais variados estados em parceria com a Secretaria. Apresentando em seguida a  
208 quantidade de webinar sobre educação financeira, que foram realizados com o apoio desse Acordo de  
209 Cooperação Técnica com a Caixa Econômica. Afirma então que tiveram seis Casas da Mulher Brasileira atendida,  
210 no total de 286 participantes nos webinários, desses 286 participantes, registra que 274 foram mulheres, ou seja,  
211 96% das participantes eram mulheres, e apenas 12 homens. Os estados que foram contemplados, estão desenhados  
212 no mapa apresentado, em Boa Vista, foram 40 pessoas contempladas, em São Luís, 37, em Fortaleza, 74, em  
213 Campo Grande, 43, em Curitiba, 56, em São Paulo, 63. Para além dos webinários realizados dentro da Casa da  
214 Mulher Brasileira, nós também tivemos uma parceria com a Secretaria Nacional de Política de Promoção de  
215 Igualdade Racial, foi também realizado um webinar, qual foco, atendeu 55 mulheres. Uma das ações do



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

216 departamento também em relação à questão da contribuição social, foi a parceria com os Correios e a pátria  
217 voluntária, doação de tecidos para confecção de materiais para população em situação de rua. Então a entidade  
218 sem fins lucrativos, produziram máscaras para proteção, toucas para uso pessoal, mochilas para distribuição de  
219 kits, com manta, colchonete ou saco para dormir. A Secretaria Nacional de Políticas de Mulheres trabalhou nessa  
220 articulação e essa entrega foi realizada por meio da pátria voluntária e do Correio. Começa a apresentar um leque  
221 de projetos que terão seu início agora no primeiro semestre de 2021, cujo recurso foi fomentado pela Secretaria  
222 Nacional de Política das Mulheres. Serão no total de 9.265 mulheres beneficiadas, no estado do Goiás, terá a  
223 capacitação de 915 famílias, o território de Aciara, no território de Monte Alegre de Goiás, e na região  
224 metropolitana de Goiânia. Em Tocantins, terá a capacitação de 1.200 mulheres, moradoras de Santa Tereza,  
225 Arraias, Aguaritins, Palmas, Dianópolis, Miracema, nos cursos de empreendedorismo, governança,  
226 associativismo, cooperativismo, criação de galinhas orgânicas, designer de bijuterias, gastronomias, quintais  
227 produtivos, produção de doce, corte e costura, educação financeira, produção de derivados de leite e artesanato.  
228 No Pará, terá a capacitação de 4 mil mulheres, moradoras do arquipélago de Marajó em atividades de  
229 beneficiamento do cacau e produtos da biodiversidade. Na Paraíba, a capacitação de 480 mulheres, os municípios  
230 de Areia, Cabidelo, Guarabira, Quixaba, Lucena, Esperança, Monteiro, Pedras de Fogo, João Pessoa. Os cursos  
231 serão com foco no turismo, auxiliar de cozinha, beneficiamento de pescado, o curso de padeiro, camareira,  
232 espanhol, cuidadora de idoso, agricultura orgânica, aplicadora de revestimento e agentes de alimentação escolar.  
233 Em Pernambuco, irão capacitar 1.400 mulheres, moradoras de Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Recife, São  
234 Lourenço da Mata, com cursos de empreendedorismo, mídias sociais, gerenciamento de resíduos, hospitalidade  
235 em unidade de saúde, limpeza, higiene, higiene hospitalar, produção de alimentos saudáveis. No Rio de Janeiro,  
236 850 mulheres serão capacitadas, em Arraial do Cabo, Belfort Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis,  
237 São Gonçalo, com cursos voltados para o empreendedorismo, mídias sociais, artesanato, costura, confeitaria,  
238 salgadeira e reciclagem. Em Minas Gerais a capacitação de 300 mulheres na microrregião de Uberlândia, com  
239 curso de higienização de ambientes e equipamentos de serviços de saúde. O último estado, serão capacitadas,  
240 Rondônia, 120 mulheres, em Porto Velho, em Guajará-Mirim, nos cursos de eletricitista, instaladora predial de  
241 baixa tensão, e pintora de obras imobiliárias e salgadeira. Isso como recurso de fomento da Secretaria. Apresentou  
242 em seguida um panorama de capacitação profissional que são financiadas por meio de emendas parlamentares.  
243 Destacando que há pouca participação de parlamentares pela região Norte, e que isso chamou muito a atenção  
244 quando foi colocado no desenho para consolidar, acha ainda que esse Conselho com aproximação pelos  
245 parlamentares, precisa provocar essa parte da região para conseguir apoio dos parlamentares parceiros e fazer  
246 chegar à emenda parlamentar para realizar curso para esse outro lado. A Secretaria tem se preocupado muito com  
247 isso, não é à toa que o mapa anterior que com recurso próprio está procurando declinar um pouco mais do que já  
248 tem recurso por parte dos parlamentares, e tentar focar com recurso da Secretaria o outro lado. E convida a todas  
249 que tenham afinidade com os parlamentares, para tentar conseguir essa aproximação e melhorar esse desenho do  
250 mapa. Então com recursos de emendas parlamentares, tem um total de 18.259 mulheres que estão sendo  
251 beneficiadas nesse momento e os cursos. Informa ainda que estão com curso de produção de alimentos,  
252 informática, auxiliar administrativo, secretariado, telemarketing, empreendedorismo, corte e costura, técnicas de  
253 vendas, massoterapia, confeitaria, culinária, cabelereiro, manicure e pedicure, depilação, fotografia, inclusão  
254 digital, construção civil, fitoterapia, conserto de roupas, designer de sobancelha, costura industrial, artesanato,  
255 tecnologia de informação, beneficiamento da mandioca, produção de farinha, cuidador de idoso, panificação,  
256 hotelaria, bordador industrial e outros, que não foram citados aqui, porque não houve espaço suficiente. Finaliza  
257 deixando seus contatos, e registrando o interesse em se aproximar das Conselheiras, e agradece.Sra. Salete –



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

258 Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher – Cumprimenta a todas na pessoa da Secretária Cristiane  
259 Britto. E se apresenta dizendo que faz parte do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, e está  
260 representando a Diretora Terezinha. Informa que no departamento, tem duas coordenações, falando primeiro dos  
261 projetos da Coordenação-Geral de Atenção Integral à Gestante e a Maternidade, que tem o projeto Mães Unidas,  
262 esse projeto busca promover o bem-estar relacional e a saúde de mães e filhos, no período que vai da geração até  
263 os dois anos de vida da criança, esse projeto é feito por meio de acompanhamento de mães voluntárias. É um  
264 projeto que conta com o voluntariado, então o Departamento criou um aplicativo, e por meio desse aplicativo,  
265 as prefeituras e essas voluntárias, se auto cadastram. Lembrando que foi feito uma parceria com o Instituto Federal  
266 de Goiás, que está realizando o treinamento dessas voluntárias, para que elas possam oferecer às mães esse apoio  
267 relacional. Elas serão previamente capacitadas, considerando o contexto da família, de vida das mulheres  
268 atendidas, a fim de atender as gestantes e mães em situação de vulnerabilidade. E as mães em situação de  
269 vulnerabilidade social, visando proporcionar a essas mães, acolhimento, direcionamento para acessar os serviços  
270 básicos e essenciais da saúde, assistência social e jurídicos, esse projeto, tem um aplicativo vai ser lançado, está  
271 com data prevista para o dia 11 de dezembro, esse aplicativo vai ter o cadastramento dessas mães que já são  
272 voluntárias, e as mães que necessitarem desse apoio, vão poder acessar também. E por meio do aplicativo, vai ser  
273 feito esse link entre a voluntária e essa mãe que precisa de apoio, por meio do aplicativo também, vai ser possível  
274 elas realizarem encontros presenciais ou virtuais, e encontros individuais ou de grupo. No departamento, na  
275 mesma Coordenação-Geral de Atenção Integral à Maternidade, foi criado também, o instituído, o projeto Espaço  
276 da Maternidade. Esse projeto visa incentivar empresários a promoverem gestores públicos, todas as pessoas que  
277 tem empresas, para que tenham um espaço onde possa oferecer aos servidores e funcionários a oportunidade de  
278 poder amamentar, ou trocar a fralda, da criança de até dois anos de idade, incentivando assim a amamentação, e  
279 diminuindo o desmame precoce, e favorecer e fortalecer os vínculos entre mãe e filho, promovendo o equilíbrio  
280 entre trabalho e a família, o objetivo desse projeto é conscientizar tanto os empregadores, os gestores públicos, e  
281 as mães para que ela possa ter esse acolhimento e ter essa possibilidade de ter um contato maior com o filho, e  
282 fazer essa transição para voltar da licença-maternidade, e isso evita prejuízo no respeito profissional, na saúde do  
283 bebê, e dá mais segurança para essa mãe. O Espaço Maternidade acrescentará pontuação no processo avaliativo  
284 da empresa, que optar por se candidatar ao recebimento do selo Empresa Amigo da Família, que é o selo que foi  
285 lançado pela nossa Secretaria Nacional da Família. Tem também na Coordenação-Geral de Atenção Integral à  
286 Gestante e a Maternidade, o projeto Bem Gestar e Acolher, esse projeto foi fundado com o objetivo de instituir a  
287 experiência positiva da gestação parto puerpério, e do combate à morbimortalidade materno-infantil por meio de  
288 uma rede multidisciplinar de acolhimento à gestante e a mulher na fase do puerpério. Também nesse projeto vai  
289 ser lançada a caderneta digital, que é um aplicativo que tem informações sobre profissionais de saúde, e da  
290 gestante, fala sobre acompanhamento da gravidez, sintomas, orientações para a mãe que está em fase de gestação,  
291 orientação de nutrição, materno-fetal, sobre o desenvolvimento do bebê, como esse bebê será alimentado. Essa  
292 caderneta vai ser alimentada pelos profissionais de saúde, desde o profissional da saúde básica, que faz os  
293 primeiros atendimentos a essa mulher, dos primeiros dias de gestação, até o parto, e pelas próprias gestantes. E  
294 ele visa assegurar o bem-estar e o melhor atendimento, principalmente no caso de urgência. Vai ser feita a  
295 capacitação dos profissionais de saúde, que atue desde a atenção básica como falei, e até os que atendem em  
296 hospitais maternidade, dos agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem, enfermeiro, psicólogos,  
297 assistentes sociais e de todos esses profissionais que atuam na área de gestação e maternidade. A capacitação da  
298 equipe multiprofissional, resultará em informações necessárias a serem utilizadas para atendimento, acolhimento,  
299 encaminhamento ofertados a gestantes e mães, inclusive sobre a existência de redes de apoio à gravidez na



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

300 adolescência, gravidez resultante de violência sexual, que nós sabemos que é um período que a mulher passa, e  
301 está muito sensível, gravidez de feto com deficiência ou síndrome, e sobre o programa de entrega voluntária para  
302 adoção no âmbito da Justiça Estadual. Esses são os projetos que são especificamente os da Coordenação Integral  
303 à Gestante e a Maternidade, e completa dizendo que trabalha na Coordenação-Geral de Assuntos e Desafios  
304 Socioculturais, que é outra coordenação dentro do departamento. Nessa coordenação, tem o projeto que é  
305 chamado Projeto Agricultura da Vida. Esse projeto visa capacitar mulheres agricultoras rurais, visando adoção  
306 de boas práticas agrícolas e o cultivo sustentável. E para fomentar a produção de alimentos adequados também  
307 para a nutrição materno-fetal, e preparar essa mulher agricultora, para atuar nesse nicho específico de mercado,  
308 melhorando renda, qualidade de vida de famílias no campo, pois se sabe que a alimentação é preventivo para  
309 muitas doenças, e é mega importante também para a gestação. O projeto Agricultura da Vida, tende a oferecer  
310 700 vagas em cursos na modalidade presencial e semipresencial. E foram definidas sete cidades onde serão  
311 realizados o presencial. Está previsto para ser realizado em Palmeira dos Índios em Alagoas, em Viçosa, Minas  
312 Gerais, em Atibaia, em São Paulo, em Cavalcante na comunidade quilombola no Goiás, são duas comunidades  
313 em Goiás, uma em Cavalcante e outra em São João da Aliança, Caruaru no Pernambuco e Brazlândia aqui no  
314 Distrito Federal. A realização dos cursos de capacitação, a conferência, seminário, palestras, debate acerca da  
315 produção de agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Serão realizadas também campanhas  
316 continuadas de conscientização, acerca da importância da produção agrícola de pequenas produtoras rurais e  
317 agricultura familiar. Sabe-se que 80% do alimento que chega no mercado de consumo, no consumidor final, são  
318 frutos de pequenos agricultores e da agricultura familiar. E nesse ponto, é importante esse projeto, por quê?  
319 Acontece de muitos produtores não saberem como fazer escoamento dessa produção de uma forma rentável, e  
320 esse projeto vem ao encontro dessa necessidade, para dar informação para aquele agente, para aqueles agricultores  
321 que pretendem se associar, fazer pequenas cooperativas para escoar essa produção. Tem também na coordenação,  
322 um projeto chamado Projeto Recanto, esse projeto, é uma estratégia de conscientização e desenvolvimento de  
323 políticas para as mulheres em situação de dependência química, situação de privação de liberdade e egressos do  
324 sistema prisional. Não foi falado no início, mas essa coordenação trabalha com as mulheres mais invisibilizadas,  
325 e as mulheres em situação de dependência química, ainda em situação de privação de liberdade, ainda são uma  
326 exceção dentro das invisibilizadas. E o objetivo, e esse olhar para essa mulher, com o objetivo de capacitar os  
327 agentes penitenciários que trabalham no sistema prisional, visando humanização da execução da pena, da mulher  
328 privada da liberdade, tornando-os aptos a lidar com todas as especificidades do feminino, da mulher. Tem também  
329 intenção de capacitar profissionais que atuam nas comunidades terapêuticas, objetivando a humanização do  
330 acolhimento da mulher dependente química, do aumento em comunidades terapêuticas femininas, uma vez que  
331 as comunidades terapêuticas, tem um número reduzidíssimo de acolhimento dessa mulher. Pretende-se também  
332 num segundo momento, capacitar e qualificar a mulher privada em parceria com a Coordenação da Diretora  
333 Fernanda, capacitar a mulher privada de liberdade, acolhida e fomentar políticas de trabalho e renda, e reinserção  
334 dessa mulher egressa no mercado de trabalho. Outro ponto que será tratado nesse Projeto Recanto, e isso está  
335 previsto ainda, o que a princípio se fará a capacitação dos agentes penitenciários e dos profissionais que atuam  
336 nas comunidades terapêuticas, e oportunizar a elevação da escolaridade da mulher privada de liberdade, porque  
337 ela vai terminar o cumprimento de pena, e ela precisa ser inserida no mercado de trabalho. E a intenção é que ela  
338 não volte para o crime. E também capacitar os cuidadores dos filhos dessa mulher privada de liberdade, aquele  
339 tratamento que a gente pretende dar para a família que está com esses menores, que estão cuidando dessas crianças  
340 enquanto essa mulher está cumprindo a pena que a ela foi imposta. E auxiliar na subsistência e principalmente do  
341 fortalecimento dos vínculos familiares, uma vez que a mulher quando ela está em situação de cárcere, ela fica



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

342 muito ausente, ela tem ausência da família para não dizer de uma forma mais profunda e mais grotesca, ela não  
343 tem o auxílio da família na grande maioria, e uma das intenções do projeto, é fortalecer os vínculos familiares  
344 dessa mulher, e isso impacta no momento que ela sai da prisão, no momento que ela termina de cumprir a pena,  
345 na questão da ressocialização. Secretária Cristiane, algumas ações dentro do projeto Mais Mulheres no Poder,  
346 também está sendo tratado na coordenação, e esse projeto vai se estender também, pois precisa de mais mulheres  
347 na política, já foi falado desse projeto aqui. E o projeto tem como estratégia a conscientização, a participação na  
348 política em cargos eletivos, bem como o pleno exercício da democracia representativa e participativa, e ousa dizer  
349 que o principal Norte desse projeto é inspirar mulheres a participar da política, estimular a participação das  
350 instâncias decisórias e incentivar a mulher a promoção de políticas de combate a todas as formas de violência, de  
351 política social contra mulher. E nesse aspecto, a Secretária Cristiane Britto já falou na última reunião do Conselho  
352 também, porque é um tema muito importante, que é sobre o combate à violência política que as mulheres de uma  
353 maneira geral ainda sofrem. E numa das últimas lives que foi feito no projeto, o projeto Mais Mulheres na Política  
354 é muito amplo, foi divulgado um curso de orientação para as mulheres, que tratou sobre campanhas políticas,  
355 sobre como ela se portar, sobre oratória, sobre prestação de contas, e nesse curso tratou de todas as informações  
356 que as mulheres precisam para participar da política. E também o combate à violência política, e aí durante o  
357 decorrer do projeto, foram feitas várias oficinas em que a Secretária Cristiane Britto recebeu algumas convidadas  
358 para tratar de temas específicos, e o alcance foi brilhante, teve muita participação de candidatas, de apoiadores,  
359 de voluntários em campanha que trabalharam nas campanhas dessas candidatas. E nas últimas lives que aconteceu  
360 em outubro, foi feito o lançamento do selo de combate à violência política. É uma campanha continuada de  
361 conscientização da sociedade acerca da participação da mulher nos espaços de poder e decisão, não só na política,  
362 que a mulher sofre violência em todas as instâncias, tanto na instância privada, como na instância pública,  
363 especialmente quando se diz que a mulher quer participar da política. Lembra também que foi divulgada no início  
364 do projeto, em julho, que foi lançada a campanha mais mulheres na política, eleições 2020, que contou com várias  
365 informações que está disponível, a secretária conseguiu com o Ministério que tivesse um espaço específico para  
366 esse projeto no site do MMFDH, então todas as informações constam lá no site, foi feita várias campanhas  
367 publicitárias. Também conseguiu que a violência política tivesse um canal para denúncia de violência política no  
368 Ligue 180, que é o canal do Governo Federal para denúncias de violências, e a secretária se reuniu com a  
369 ouvidoria, e hoje também consegue receber e tratar essa violência política, isso foi um grande feito dentro desse  
370 projeto. Por fim finaliza dizendo que essas são as ações dentro do Departamento de Promoção da Dignidade da  
371 Mulher, e se colocando à das Conselheiras, e ainda completa dizendo que conta com todas para poderem fazer  
372 divulgação de todos os projetos do departamento, para alcançar mulheres, afinal de contas todas estão aqui para  
373 fazer política pública para as mulheres, colocando também o departamento à disposição. Sra. Maria Crislane Pinto  
374 Pereira (Coordenação do Conselho) –Vamos passar para a próxima apresentação, a Diretora Grace Justa do  
375 Departamento de Enfrentamento à Violência. Sra. Grace Justa – Diretora de Políticas de Enfrentamento à  
376 Violência Contra as Mulheres - SNPM/MMFDH – Inicia cumprimentando a todas, e se apresentando, dizendo  
377 ser a Diretora do Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência, e que vai fazer uma explanação daquilo  
378 que já tem em curso, sobre as políticas que já vem acontecendo, e que vão pegar um ritmo de uma abrangência  
379 maior a partir do próximo ano, e de algumas coisas que ainda não estão sendo executadas mas já estão em vias  
380 de sair, um planejamento que posteriormente será apresentado às conselheiras para que conheçam, e digam se  
381 estão de acordo, se corresponde as expectativas das Conselheiras. Esclarece que para o próximo ano pretendem  
382 trabalhar no que tange a violência, pretende trabalhar muito na questão da rede. Porque a rede, do ponto de vista  
383 dos técnicos da DEV, é o calcanhar de Aquiles, e precisa estruturar a rede da melhor forma possível, para que



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

384 consigam trabalhar de forma mais efetiva na evitação do feminicídios, vão trabalhar com o mapeamento e o  
385 diagnóstico das redes, de todo o Brasil, e afirma que precisam ter um conhecimento profundo das realidades, que  
386 são muito díspares no país, então irão trabalhar nessa questão do diagnóstico das redes. Também pretende-se  
387 trabalhar muito forte com a capacitação das gestoras no que tange ao conhecimento dessa rede, porque só pode  
388 usufruir bem das coisas quando as conhece profundamente, explica ainda que elas tem um conhecimento, mas às  
389 vezes esse conhecimento não é profundo suficiente para aproveitar o máximo do potencial que aquele parceiro  
390 tem, pois se conhece bem o parceiro, consegue aproveitar tudo que ele pode fazer junto, tudo que trabalha em  
391 termos de enfrentamento à violência contra as mulheres, se trabalhar em parceria, alcança resultados muito mais  
392 profícuos, então para isso, vai investir também muito nessa capacitação das próprias gestoras, para que elas  
393 compreendam profundamente todos os papéis dos outros atores da rede. Afirma ainda que quer trabalhar em  
394 projetos específicos, de conhecimento das redes, das redes locais inclusive. Esclarece também que o projeto Maria  
395 da Penha vai à Escola, já foi iniciado, já foi feito o primeiro acordo de cooperação técnica da SNPM, trabalhando  
396 agora com o estado do Acre. E lá no estado do Acre, a adesão foi muito boa, toda parte da educação do estado, a  
397 secretária conseguiu realmente uma movimentação muito grande dos atores da educação, e se tem conseguido  
398 uma parceria muito boa mesmo com ela e com a Desembargadora Eva Evangelista que é o Tribunal de Justiça do  
399 Acre, que está muito preocupada que esse projeto dê o máximo de frutos possível. Então a partir do ano que vem,  
400 vai estender esse projeto para o Brasil todo, mas registra aqui, que o primeiro parceiro foi o Acre. Comunica  
401 também que tem uma preocupação muito grande com as mulheres rurais e por conta dessa necessidade que tem  
402 de alcançar essas mulheres e das especificidades dessas mulheres, porque sabe-se que a violência contra as  
403 mulheres do campo, não é igual a violência que acontece contra as mulheres das áreas urbanas. Até por que a  
404 violência no campo, é muito baseada na terra, nos conflitos a partir da posse da terra, da propriedade. Então  
405 baseado nesse contexto, foi-se conversar também com o SENAR, que têm uma condição muito capilarizada, por  
406 que eles estão em todo o Brasil, e eles se mostraram parceiros muito dispostos a trabalhar essa questão em parceria.  
407 No ano seguinte vai trabalhar isso muito profundamente, para alcançar essas mulheres rurais. Sabe-se que tem 15  
408 milhões de mulheres rurais ou mais no país, e isso sem contar também as de comunidades tradicionais que também  
409 vão ser alcançadas nessa oportunidade. Afirma ainda que com relação ao protocolo latino americano para  
410 investigação das mortes violentas de mulheres no Brasil, isso é uma preocupação muito grande, e que vem  
411 trabalhando isso já tem mais de um ano, em novembro do ano passado, foi sediado o encontro de todas as  
412 delegadas do Brasil, vieram, salve engano só faltou um estado no ano passado, e isso foi muito discutido. Assim,  
413 registra que tem no Distrito Federal, por exemplo, um protocolo que usam desde o ano de 2017, e queria registrar  
414 que nessa época quando houve esse encontro capitaneado pela ONU, houve presença de duas delegadas aqui do  
415 Distrito Federal e um perito, esse perito hoje virou delegado e ele é especialista em feminicídio. A partir desse  
416 evento, em 2017 a Polícia Civil do Distrito Federal lançou o seu protocolo, mas por que chamar de protocolo ou  
417 não, por que você já tem um protocolo. Mas o que a Polícia Civil de verdade fez, foi um POP, é um documento  
418 operacional, de como que vai fazer essa investigação. E esse documento da Polícia Civil é muito similar ao que  
419 foi lançado pela SENASP. Acha então que precisam avançar mais nessas discussões, para entender o que é que  
420 está acontecendo. Mas aproveita para pontuar que é uma preocupação muito grande da DEV com relação ao uso  
421 desse protocolo, não é, porque sabem que o Brasil precisa utilizá-lo, de ponta a ponta, todas as polícias precisam  
422 trabalhar com isso, precisam ter uma investigação com viés de gênero, e é necessário que isso seja feito desde a  
423 origem, mas o protocolo da Polícia Civil, por exemplo, é aberto, ele nunca foi publicado com o caráter sigiloso,  
424 mas ele é muito parecido com o da SENASP. Então é muito tranquilo, se quiserem verificar o protocolo, vão  
425 verificar que ele é uma questão operacional. O importante é que as polícias entendam que a utilização desse



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

426 protocolo, é a essência para que a investigação tenha esse caráter de gênero desde a origem. Na origem da  
427 investigação, o delegado de polícia, o agente de polícia, o perito, eles têm que trabalhar com esse olhar voltado  
428 para essa perspectiva, sobre pena de perder até no próprio sistema, a tipificação no sistema, e depois isso se perde  
429 em estatísticas. Então sabe-se que a hora que isso tiver totalmente regularizado, não vai ficar com esse número, o  
430 número de homicídios de mulheres vai acabar migrando para o número de feminicídios, sem contar também que  
431 ainda existe uma dificuldade muito grande de se tipificar o feminicídio quando ele não é íntimo, o que se enxerga  
432 muito bem é o feminicídio íntimo, o outro feminicídio que é aquele que quando existe desprezo a condição de  
433 mulher e ponto, esse ainda não é muito percebido, e não é só na polícia, não, ele não é muito percebido também  
434 no Sistema de Justiça. Acha então muito louvável a preocupação do Conselho, da bancada feminina, com essa  
435 questão do protocolo, e salienta que a DEV está trabalhando nisso com muita atenção, com muito cuidado, porque  
436 isso é alguma coisa que a gente precisa realmente cuidar para que aconteça desde a origem. A Polícia Civil tem  
437 que trabalhar desde a origem, desde o nascedouro, viu morte violenta, tem que trabalhar como se feminicídio  
438 fosse. E ainda diz que este ano foi muito importante no que se refere a Casa da Mulher Brasileira, pois trabalharam  
439 com diversas casas, empenharam bastante recursos, e somando todas essas casas, são 30 casas atualmente, salve  
440 engano, e que ainda está faltando empenhar um certo valor, mas que essa semana já deve empenhar. Com relação  
441 a esse crescimento das casas, houve uma preocupação muito grande de se trabalhar com o sistema, verificou-se  
442 junto às casas que estão em funcionamento, que já tinham sistema agradava mais aos seus usuários, e a Prefeitura  
443 de Campo Grande, esclarece que a casa da mulher de Mato Grosso do Sul tem uma condição bastante forte, cedeu  
444 o código fonte, então se conseguiu fazer um Acordo de Cooperação Técnica com eles, e avançou muito nessa  
445 questão do sistema, para que as outras casas possam também ter acesso a este, e que, sobretudo, a SNPM possa,  
446 e o 180 também, ter acesso a esses dados. Porque vai precisar trabalhar muito com dados, a partir do ano que  
447 vem, com certeza vai trabalhar muito com dados. E diz também que no próximo ano, que também quando for  
448 trabalhar com essa questão de dados, gestão de dados e gestão da informação, irão capacitar as gestoras. As  
449 gestoras vão precisar entender bem desses dados para que possa trabalhar junto a questão do feminicídio. E a  
450 partir disso conseguirá ter uma gestão melhor da informação, terá muito mais condição de captar essas  
451 informações. O próprio sistema IRIS da Casa da Mulher Brasileira, já vai ser uma fonte de captação de informação  
452 muito boa, de alta capacidade, até por que as delegacias estão, não em todas, mas em algumas casas, já  
453 funcionando plenamente. Diz também que trabalharam com um certo afinco na segurança pública, para garantir  
454 uma condição melhor no que tange ao patrulhamento especializado de enfrentamento à violência. Nem todos os  
455 lugares se chama patrulha Maria da Penha, cada estado tem seu nome, e houve um trabalho muito firme com eles,  
456 porque queriam que essas polícias tivessem esse patrulhamento especializado. E é considerado uma grande vitória  
457 da SNPM; “foi articulação nossa, foi a partir de uma parceria muito estreita que a gente desenvolveu com a  
458 SENASP, nós conseguimos levar esse pleito ao CNCG que é o Conselho Nacional dos Comandantes Gerais da  
459 Polícia Militar. Então nós levamos o pleito até eles, para que eles fizessem uma Câmara Técnica especializada  
460 em prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Então é a primeira vez na história que a PM está  
461 realmente tecnicamente focada no enfrentamento à violência contra as mulheres. Essa Câmara passou a existir  
462 deve ter uns 40 dias mais ou menos, e no dia que a Câmara passou a existir, já foi marcado para que fosse feito o  
463 regimento interno, e as ações a serem desenvolvidas pela polícia militar. Então, eu considero que a ação mais  
464 importante que está sendo delineada agora, é a criação de diretrizes, porque tudo parte disso. Então serão criadas  
465 diretrizes para esses policiamentos especializados. Essas diretrizes vão ter um caráter muito especial, porque a  
466 gente está trabalhando também muito forte na questão da transversalidade, não só entre os Ministérios, mas  
467 também entre as secretarias. Nós conversamos com as secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

468 Direitos Humanos, a gente tem a Secretaria do Idoso, a Secretaria da Pessoa com Deficiência, Secretaria da  
469 Igualdade Racial, e da Criança e Adolescente, e a gente tem levado essas informações, e vai levar também para  
470 essa Câmara, para que tenha um olhar diferenciado, assim como a gente vai ter quando estiver com as mulheres  
471 rurais, para atender esses recortes. Porque são especificidades, as pessoas não têm as mesmas necessidades, não  
472 tem as mesmas queixas, e não tem as mesmas formas de demonstrar seus problemas. Então o policial militar que  
473 está no patrulhamento especializado, vai saber, pois ele vai ser treinado para identificar o que está acontecendo  
474 com a criança, com a pessoa com deficiência, com a idosa, mas claro que o nosso foco, é sempre o feminicídio.  
475 Mas o que a gente quer dizer é que além de olhar para essa questão do feminicídio, o policial também vai poder  
476 identificar outras coisas, porque ele vai ter o olhar preparado para isso. E o que mais me preocupa além da questão  
477 do feminicídio é a violência sexual que ela é muito comum dentro dos lares, infelizmente”. À partir dessa criação,  
478 também se trabalhou com a preocupação de equipar essas polícias, então houve um empenho muito grande  
479 também dos deputados, a preocupação deles de melhorar essa questão da segurança pública, teve-se apoio de  
480 alguns deputados, que tiveram um carinho muito especial com essa pauta. E diz que estão satisfeito com o que  
481 vem acontecendo, com a troca que se tem conseguido ter com as polícias militares, e aproveita para fazer uma  
482 homenagem, tanto ao Conselho dos Comandantes Gerais, quanto a todos aqueles que tiveram um cuidado de  
483 desenvolver patrulhamentos especializados em seus estados. E diz ainda que alguns estados, citando em seguida  
484 o Rio Grande do Norte, que tiveram reunião com eles, e teve alguns problemas por conta da questão do calque,  
485 então é importante que para avançar nessas coisas, que os estados tenham essa consciência, que na hora que a  
486 SNMP vai fazer um convênio com eles, é preciso que não haja pendência fiscal, porque havendo pendência fiscal,  
487 não em todos os casos, se for uma emenda impositiva, mas havendo pendência fiscal, às vezes a fica  
488 impossibilitado de continuar na ação, mas com certeza no próximo ano vai se organizar e vai voltar, fala para o  
489 Rio Grande do Norte especificamente, porque é uma coisa que começou e ainda não encerrou, terá um cuidado  
490 especial, sobretudo, com esse estado. Diz também que teve dois projetos pilotos também dentro da Polícia Militar,  
491 mas desta feita, em parceira com o poder judiciário, e que tem sido também um grande prazer trabalhar com eles,  
492 porque conseguiu uma articulação muito boa com o Cocevid, e faz uma homenagem também aqui a pessoa da  
493 Desembargadora Salete Sumariva, que tem sido uma parceira, uma pessoa muito presente, preocupada de estar  
494 sempre junto, que tem feito sempre de tudo para estender esses laços e melhorar o trabalho em rede. Diz também  
495 que com relação a essa parceria com o Cocevid, começou a ter um acesso maior, não só ao juizado de violência  
496 doméstica, mas também as presidências dos tribunais. Então informa que conseguiu fazer dois projetos pilotos,  
497 está começando agora, mas espera que eles possam se estender ao longo do próximo ano com outros estados.  
498 Ainda diz; que trabalhou com a central de monitoramento, é uma central de monitoramento de medidas protetivas,  
499 em que o judiciário transmite informações de medidas protetivas para a Polícia Militar, para o patrulhamento  
500 especializado, isso já acontece normalmente na maioria dos estados. Só que isso vai ser feito de uma forma mais  
501 moderna, mais técnica. Terá centrais de monitoramento, painéis, vai poder trabalhar com esses dados, então essa  
502 central vai viabilizar a análise dos dados, estatísticas mais importantes, vai trabalhar muito com o DHL, com as  
503 manchas criminais. E isso vai fazer muita diferença quando tiver condições de fazer essa análise das manchas, de  
504 onde que é mais sério, de onde é mais delicado, pretende-se que essas mulheres sejam todas cadastradas no  
505 sistema, então quando o telefone tocar, não é um número qualquer, é o número da pessoa, que está telefonando,  
506 com o nome da pessoa, que ela está cadastrada no sistema, o policial já vai saber quem é a mulher que está ligando.  
507 Então, esse projeto, é piloto e ele está acontecendo em Minas Gerais e em Santa Catarina, está praticamente  
508 fechando, e tem um significado muito grande, porque vão representar muito também em termos de dados e  
509 informações. Vai trabalhar também com o reconhecimento facial do agressor, quando ele entrar na área de



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

510 exclusão, ele vai ter o reconhecimento facial feito e aí a informação de que ele está no perímetro de exclusão, vai  
511 ser repassada imediatamente para que ocorra ou a prisão em flagrante, ou ainda que não seja possível, mais que a  
512 mulher tenha a sua vida preservada. Ressalta também, a respeito do protocolo de atendimento das Casas da Mulher  
513 Brasileira, que serão revistos, e dizer que na hora que fizer essa revisão do protocolo, sobretudo em razão das  
514 novas tipologias das casas, vai trabalhar melhor nessa questão do acompanhamento sistemático das mulheres em  
515 situação de violência, porque essas mulheres, precisam ser acompanhadas, não é simplesmente ela entrar na rede,  
516 se registrar e ficar por isso. O pessoal da assistência social de repente faz o acompanhamento dela, porque ela está  
517 precisando de um benefício. Mas acha que pode desenvolver essa cultura, e acredita que possa também ter muita  
518 ajuda do terceiro setor, das instituições de ensino, que podem ser grandes parceiros, para que possa acompanhar  
519 essas mulheres de uma forma mais aproximada. E ainda diz que acredita piamente que agora com esses projetos  
520 que o Departamento de Relações Sociais está implementando, vai ficar muito mais fácil, por que a partir desse  
521 contato que a mulher vai ter na capacitação profissional, na empregabilidade, terão vai ter um contato mais  
522 próximo com ela, o monitoramento dela, não perderão tanto essa mulher de vista. Continua: “e o que a gente  
523 observa, é que a mulher que morre, basicamente, não estou dizendo que são todas, mas é aquela que não ingressa  
524 na rede, precisa ser estudado, a gente já tem intuição da razão pela qual isso acontece, lógico que a mulher muitas  
525 vezes não se sente confiável, não acha que o ambiente é confiável, ela não acha que ela vai ser bem atendida, ela  
526 não acha que vai ter a ajuda que ela espera, ou ela tem medo de que o companheiro seja maltratado, preso, ela  
527 tem milhões de dúvidas, e por isso ela prefere resolver os problemas dela de outra forma. Mas não pode ser que  
528 a maioria das mulheres vítimas de feminicídio, não passaram pela rede formalmente, elas passaram  
529 informalmente. Nós não fomos capazes de capturar essa mulher. Então essa captura, que eu acho que pode  
530 acontecer, porque de fato às vezes a mulher relaciona ao ingresso dela na rede, a delegacia, a Polícia Militar, a  
531 uma sala de audiência, ou um hospital. E ela não acha nenhum desses quatro lugares legais. Então se o lugar não  
532 é um lugar tão bom de se estar, talvez a gente tenha que repensar esses mecanismos, então assim, eu acho que  
533 uma boa estratégia é de fato a gente trabalhar bastante com essa questão da autonomia econômica, das relações  
534 sociais, de dar um lugar para essa mulher, e ela vai compreender que ela é forte, que ela é amparada e que ela é  
535 empoderada, a partir de outros caminhos, que não sejam tanto esses caminhos oficiais, dos órgãos de governo,  
536 mesmo que às vezes assustam. Falando nisso de às vezes assustam, a gente está lançando também o projeto  
537 NUIAM que é o Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher, esse Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher,  
538 acontece dentro das delegacias de polícia, e ele propõe, proporcionar a essa mulher um atendimento integrado,  
539 então ela tem advogado, psicólogo, assistente social, tudo à disposição dela, e quando ela chega à delegacia de  
540 polícia, ela muitas vezes prefere ficar com a psicóloga. Ela tem essa possibilidade, existe um consultório de  
541 psicologia dentro da delegacia para esse atendimento emergencial. Eu posso dizer tranquilamente, eu trabalhei no  
542 NIUAM por mais de um ano, e foi assim, muitas mulheres preferiam ir ao consultório de psicologia, e quando  
543 elas iam para o consultório de psicologia, elas passavam às vezes uma hora, e quando elas saíam, saíam de uma  
544 forma diferente, saíam se sentindo acolhidas, se sentindo seguras, se sentindo amparadas, e era muito mais fácil  
545 registrar a ocorrência policial depois desse momento. Porque toda aquela mágoa, todo aquele sofrimento, toda  
546 aquela coisa, tinha encontrado um lugar de apoio. E o registro da ocorrência ficava uma coisa muito mais simples,  
547 com o apoio da psicóloga e tudo, é uma experiência muito legal, a gente está equipando essas delegacias que tem  
548 o espaço capaz de receber, porque o espaço não pode ser um espaço pequeno, malfeito, porque senão a gente já  
549 vai perder um pilar do NUIAM, que é aquela sensação de estética, de conforto, de acolhimento, então não pode  
550 ser um espaço como, por exemplo, uma vez eu fui tentar fazer numa delegacia e não dava, que era uma garagem.  
551 Procuramos um lugar melhor para poder desenvolver, porque é necessário que o lugar também transmita



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

552 humanidade para essas mulheres. Com relação a esses projetos de capacitação, que são feitos pelo DPMRS, tem  
553 o Projeto Qualifica, e nós também estamos trabalhando em conjunto para que essas mulheres que tenham medidas  
554 protetivas, já pensando em tudo que está acontecendo com as centrais também, que elas possam ter prioridade  
555 nesse momento, nas vagas do Qualifica. Queremos verificar uma possibilidade de dar um destaque para essas  
556 mulheres com medida protetiva, para que elas consigam obter autonomia econômica. Queria dizer também que a  
557 gente está com o olhar muito especial para as mulheres com deficiência, a gente também fechou um projeto que  
558 está indo para a SENASP, mas foi junto com a Secretaria Nacional de Pessoas com Deficiência, para trabalhar  
559 com os profissionais da segurança pública, na perspectiva da acessibilidade dessas mulheres. Porque se elas são  
560 surdas, a gente tem que entender Libras, a gente tem que ser capaz de conversar com elas. Se elas têm qualquer  
561 outro tipo de deficiência, nós temos que nos adequar aquilo que elas têm para que a gente possa compreender o  
562 que elas precisam. Então vamos ter esse foco muito forte nas mulheres com deficiência, sendo que esse projeto  
563 para capacitação dos agentes da segurança pública em Libras, já foi inclusive assinado. Vamos fazer também  
564 mapeamento e diagnóstico dessas mulheres no próximo ano. Queria também aproveitar para falar das casas de  
565 acolhimento provisório, foi uma demanda muito alta de todas as gestoras de OPMs nas reuniões que nós fizemos  
566 com elas, acho que mais ou menos por volta de abril ou maio. Todas as gestoras comentaram da necessidade  
567 dessas casas de acolhimento provisório, chegaram a dizer que elas sentiam mais necessidades de casas de  
568 acolhimento provisório de curta duração, digamos, do que das próprias casas abrigo, porque as mulheres em sua  
569 maioria evitam a casa abrigo. E elas foram muito incisivas em relação a isso, eu chego a dizer que a maioria delas  
570 pediu que a gente investisse nessas casas com mais força, do que pensar tanto na questão da política da casa  
571 abrigo. Então já começamos a desenvolver esse projeto, já escrevemos as diretrizes, já estamos trabalhando com  
572 as plantas, para poder oferecer o maior conforto possível para essas mulheres. Queremos trabalhar com as vítimas  
573 indiretas do feminicídio, com os órfãos do feminicídio, até não sei se a Conselheira Emérita Maria da Penha está  
574 presente, mas eu vou fazer contato com ela essa semana ainda, porque eu sei que isso é uma pauta de muito  
575 interesse para ela. Estamos conversando muito com a saúde, para verificar também a possibilidade de capacitação  
576 dos agentes de saúde. Para que eles também possam ser agentes para captarem essas mulheres, para que elas  
577 possam vencer essa barreira de chegar até a rede. Às vezes a mulher não quer fazer a denúncia, não tem problema,  
578 o que queremos é que essa mulher chegue perto da rede, que ela se sinta atraída pela rede. Sra. Lucimara Varanis  
579 Cavalcante – Representante da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil) – Cumprimenta e agradece a  
580 Diretora, as Coordenadoras que estiveram apresentando todo trabalho que vem sendo feito pela Secretaria  
581 Nacional de Política para as Mulheres, dando também as boas-vindas para a Fernanda, e já aproveitando para  
582 fazer uma pergunta à ela; “Fernanda, tendo em vista que você faz um diagnóstico e viu que a região Norte até  
583 Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul também, não tem nenhum projeto, do qual você nos informou, então qual é  
584 o planejamento para 2021 junto à gestão pública local para que também se tenha o projeto do qual você vai  
585 desenvolver? Para a Salete Aragão, foram várias atividades, é uma coordenação que é Coordenação-Geral Integral  
586 de Gestante e Maternidade, e a gente vê a intersetorialidade com a Política Nacional da Primeira Infância, que na  
587 realidade que a coordenação está fazendo é o que o programa Criança Feliz da Secretaria Nacional de Assistência  
588 Social está fazendo. Então a minha pergunta para a Salete, é a seguinte: qual ação, o departamento, tendo em vista  
589 tudo que você falou aqui, está sendo feito junto com o Ministério da Cidadania, ou seja, a Secretaria Nacional da  
590 Assistência Social, Ministério da Saúde, porque dialoga muito com vários projetos que o Ministério da Saúde  
591 vem desenvolvendo. E qual a participação agora em relação ao Projeto Recanto, que são das mulheres em privação  
592 de liberdade. Qual é a participação diante do desenvolvimento de trabalhos que vocês estão fazendo, estão  
593 propondo a ser feito nos estados, nos presídios, no Brasil, qual é a participação da organização da sociedade civil



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

594 neste projeto. Porque existem várias organizações da sociedade civil que estão dentro dos presídios, fazendo  
595 excelentes boas práticas. Você fez o levantamento dessas boas práticas, das organizações da sociedade civil, estar  
596 dialogando? Esse é o ponto. Para a Grace, também uma série de informações, e me chamou a atenção, Grace,  
597 porque vai se montar mais um sistema para colher essa questão para começar a tipificar o feminicídio, como é  
598 que fica o sistema que hoje as varas de atendimento à violência doméstica estão utilizando? Vou dar o exemplo  
599 aqui do Frida, do tão falado Frida, ele não vai ser utilizado nas delegacias de polícia civil? Não vai ser esse  
600 sistema, vai ser criado um outro sistema? Essa é a pergunta. Então como a gente vê aqui, polícia civil, polícia  
601 militar, Ministério Público, Tribunal de Justiça, não podem viver separados, tem que haver um diálogo, senão vai  
602 ser várias gestões da informação e para que, se os operadores dessa violência, eles têm que dialogar, isso é um  
603 ponto, não ficou claro para mim na sua exposição. O outro ponto é, em relação se o Conselho Nacional da Polícia  
604 Civil está participando dessas ações? Tendo em vista que o Conselho Nacional da Polícia Civil esteve presente  
605 no Encontro Nacional das Gestões Públicas de Políticas Públicas, do qual você já demonstra aqui do diagnóstico  
606 que foi feito naquela reunião o ano passado, vai fazer um ano, e aí a AMSK participou enquanto CNDM, para  
607 efetivação justamente do que elas falaram das casas de acolhimento provisório. Então esse ano na reunião que  
608 você teve com elas, elas reafirmaram, então é importante que todos esses encontros que foram realizados, de  
609 dezembro do ano passado, esse ano, que haja um relatório e que se faça uma política pública junto com os estados,  
610 senão do que adiantaria esse encontro?” Sra. Fernanda Massaro – Departamento de Políticas das Mulheres e  
611 Relações Sociais – Responde; “a sua pergunta é bastante pertinente, com a minha chegada há pouco mais de 60  
612 dias, a Secretária Cristiane, lançou um desafio que a gente buscasse nesse curto intervalo de tempo, conhecer a  
613 realidade do país, então esse foi um primeiro exercício, o exercício de conhecer o que a Secretaria Nacional tem  
614 hoje para entregar, foi isso que foi apresentado para vocês agora, e isso pode chegar a conhecimento com maior  
615 riqueza de detalhes, eu fiz o meu de forma assim um pouco superficial, por conta do tempo que a gente tinha de  
616 explanação. A partir do momento que a gente reconhece o terreno onde estamos pisando, o próximo passo é a  
617 aproximação com as instâncias que podem colaborar com a oferta desses cursos de qualificação nos mais  
618 diferentes estados. E aí a Secretaria Nacional firmou o Acordo de Cooperação Técnica com o CONIF, que reúne  
619 todos os Institutos Federais do país, a partir disso nós realizamos reuniões com os pró-reitores de ensino  
620 demandando os projetos, nós pedimos que cada estado apresentasse a sua capacidade instalada e operacional. Por  
621 quê? O instituto precisa informar se tem laboratório, se tem condição de fazer a sua oferta, e se há demanda no  
622 estado. Recebemos aproximadamente 12 projetos, dos quais a Secretária Cristiane já está aprovando oito, com  
623 descentralização de recursos. Informo que nem todos foram possíveis de aprovação, porque não se encaixaram,  
624 em alguma situação, não tem aderência ao arranjo produtivo local, enfim, por alguns motivos, alguns foram  
625 glosados. Nos aproximamos também das universidades, que apontaram ter condição dessa oferta, ter condição de  
626 realizar esse empenho, para a gente não ter um prejuízo no repasse desse recurso, porque a operação não é tão  
627 simples, é só a gente passar o recurso e o projeto vai acontecer. Se a reitoria não for ágil, não empenhar um  
628 recurso, toda essa trilha de recurso financeiro, ela requer muito conhecimento do gestor público. Também temos  
629 nos preocupado em conseguir aproximação com os parlamentares dos estados que onde a gente não tem projeto,  
630 e aí que mais uma vez eu registro o interesse dessa Secretaria no apoio das senhoras, na ponta, que tenham contato  
631 com esses parlamentares, com esses deputados federais, com esses senadores, para que eles também comprem a  
632 ideia da necessidade de fomento por meio de emendas parlamentares. Uma situação problemática que a gente  
633 vive agora esse ano é a questão da eleição, é muito complicado. Não se pode passar recurso para as secretarias,  
634 onde tem eleição, a gente se limitou muito a universidade e Instituto Federal. Então é claro que é um sonho muito  
635 grande para 2021, há uma intenção de financiamento de projetos nos outros estados que ainda não foram



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

636 contemplados, mas eu faço registrar que a gente ainda nem a LOA de 2021 aprovada, então eu não posso te  
637 posicionar, não posso te precisar exatamente qual vai ser a rubrica, qual vai ser a soma orçamentária, qual vai ser  
638 o valor empregado para esse tipo de atividade. Hoje o que nós temos é que a Secretaria tem envidado todos os  
639 esforços para garantir, zerar o recurso que foi destinado para a qualificação profissional referente ao ano de 2020”.

640 Sra. Cristiane Rodrigues Britto – Presidente SNMP/MMFDH – Eu queria só antes fazer uma complementação à  
641 fala da Fernanda, aproveitar a pertinência da pergunta da Lucimara. Na regia Norte nós temos ainda uma emenda  
642 que a gente está tentando salvar do Deputado Vavá Martins, no Pará, Lucimara, muito interessante para a  
643 autonomia econômica. E também um projeto, não estou com o valor aqui dele em mãos para passar para vocês,  
644 que a gente vai conseguir iniciar esse ano ainda, que é das escarpeladas. Dois acordos de cooperação com o  
645 Ministério Público do Trabalho, a gente está tentando assinar agora no dia, na primeira semana de dezembro, o  
646 Ministério Público está com a parceria muito grande conosco, e não sei se vocês sabem, eles têm esse  
647 mapeamento, uma parte desse mapeamento e a gente está conseguindo com as associações das mulheres  
648 escarpeladas essa outra parte, então a gente está unindo esses esforços. E um grande parceiro para ajudar essas  
649 mulheres escarpeladas, que eu tenho assim muito orgulho de falar, é a Cruz Vermelha. Eles têm um projeto  
650 incrível de prevenção, e também ensinando até as comunidades ribeirinhas o que fazer em caso de acidente, os  
651 primeiros socorros, isso assim sem ônus nenhum para a Secretaria, está sendo um super ganho, tem coisas que  
652 apesar de não ter aplicação orçamentária nenhuma, tem articulação que eu digo que não tem preço. E tem uma  
653 outra, outra parceria também que é com o INMETRO, o INMETRO vai nos ajudar a desenvolver um protótipo  
654 para cobertura daqueles eixos de um motor do barco, porque no modelo que hoje é comercializado, ele desagrada,  
655 aos donos das embarcações. Porque ele é fácil de retirar, e aí por conta do medo de ser furtado e tudo mais, o  
656 dono do barco chega num determinado local, sai com o motor do barco e volta, e então não tem como ele manter  
657 aquela capa protetora. Então o INMETRO vai entrar com a gente também nessa parceria para desenvolver um  
658 protótipo, essa é uma entrega muito importante para a região Norte e significativa também. Sra. Grace Justa –  
659 Diretora de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - SNPM/MMFDH – Responde; “Primeiro  
660 com o CONCP, temos um relacionamento muito estreito com o CONCP, o CONCP participa de quase todas  
661 as nossas reuniões técnicas na pessoa da sua Secretária-Executiva, Ana Cristina Santiago. Atual Diretora, atual  
662 Delegada Chefe da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente aqui do Distrito Federal. Todas as reuniões  
663 técnicas que desenvolvemos, está presente. Com relação à questão do Frida, mencionada pela Conselheira  
664 Lucimara, o Frida, atualmente, a gente usa o Formulário de Avaliação de Risco, que é de uma portaria conjunta  
665 do CNJ com o CNMP. Esse Formulário de Avaliação de Risco é de uso obrigatório, assim, eu não sei como é que  
666 funciona de fato na ponta, isso é uma previsão de pesquisa, eu sei muito bem, aqui na Polícia Civil do Distrito  
667 Federal, não sai uma ocorrência sequer sem que haja o preenchimento desse formulário. E ele agora já é feito  
668 diretamente no sistema, o que inclusive vai ser indutor de uma ferramenta preditiva de risco de feminicídio, se  
669 Deus quiser, sai ano que vem também, o nosso interesse é que esse formulário seja amplamente divulgado,  
670 amplamente utilizado pela rede, porque o risco é uma coisa dinâmica, então sendo o risco dinâmico, é bom que o  
671 formulário seja utilizado. Com relação ao sistema mencionado, eu não entendi muito bem, porque o que eu  
672 mencionei, não foi um sistema, ele chama-se Pena Info, é um projeto de lei que está tramitando, está no plenário,  
673 o dia que ele for aprovado, vai ser muito bom, mas eu acho que para ele virar realidade, vai levar tempo, por quê?  
674 As coisas não acontecem de cima para baixo, elas acontecem de baixo para cima, o pequeno vai ganhando corpo,  
675 e ele vai subindo. As coisas acontecem na prática assim, sabemos que muitas vezes existem acordos entre os  
676 poderes, para acontecerem de uma forma maravilhosa, glamurosa, muito grande, e as coisas não acontecem assim,  
677 porque lá na ponta, lá no chão da fábrica, a coisa é bem mais travada, então eu posso, por exemplo, dar aqui para



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

678 vocês o perfil do Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro durante à pandemia, não tinha processo eletrônico para violência  
679 contra a mulher, então não tem nem como fazer conversar um sistema com o outro, se nem processo eletrônico  
680 na violência doméstica familiar do Rio de Janeiro, existia, quando a gente pensa em integrar sistemas, é uma  
681 conversa muito difícil, porque ela demanda muito recurso, e tecnicamente ela não é nada fácil, o que estamos  
682 idealizando, não são sistemas, estamos idealizando formas de recuperar esses dados, de ter acesso a esses dados.  
683 Então claro que isso em algum momento vai significar sistema, mas que eu estava dizendo aqui, é, por exemplo,  
684 o sistema da Casa da Mulher Brasileira, em vez de cada casa ter o seu, todas as casas terem um só, para que elas  
685 possam conversar entre si. Para que o 180 possa também pegar essas informações, para utilizar também para as  
686 estatísticas que são tão relevantes para nós, era isso que eu estava querendo dizer, então não há criação de um  
687 sistema único, embora eu deseje isso demais, é uma coisa que eu acho que seria assim fantástica, mas eu  
688 sinceramente, tenho 52 anos e acho que não vou ver esse dia. Mas eu espero que eu contribua para que esse dia  
689 chegue, e as minhas sucessoras na pauta, das políticas para as mulheres, possam ter esse prazer, eu queria até  
690 aproveitar, já que houve essa colocação, de pedir também que exista um empenho do Conselho, se o Conselho  
691 achar que é interessante, no PL do Pena Info, que nasceu nesta Secretaria, inclusive, das mãos da Técnica Taís  
692 Cerqueira, há muitos anos, e foi um PL que foi apresentado pela se não me engano, Senadora Laura Carneiro”.  
693 Sra. Andremara dos Santos – Representante de Notório Conhecimento das Questões de Gênero e Atuação na Luta  
694 pela Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – Cumprimenta a todas, e faz seu questionamento; “em alguns  
695 momentos eu fiquei pensando se estava noutro canto. Não compreendi algumas coisas, fui botando aí ao longo  
696 das exposições algumas perguntas, mas eu vou me ater, até já tive algumas respostas, como os projetos pilotos da  
697 central de monitoramento de MPU nos estados de Minas Gerais e Santa Catarina, o contexto de esclarecimento.  
698 Também dizer que o Conselho Nacional de Justiça já regulamentou, pelo menos o Banco Nacional de Medidas  
699 Protetivas de Urgência, não sei como isso está prestes a atuar. Mas queria falar inclusive por que tem, e era  
700 importante dar essa notícia para as outras Conselheiras, eu até fiquei devendo alguma resposta a Crislane, que ela  
701 me cobrou aqui há pouco, porque realmente me mandou. A coordenação política na sua última reunião, propôs e  
702 teve aprovado a iniciativa de fazer-se um webinar, um evento, para discutir as diretrizes nacionais de  
703 investigação, processo e julgamento de feminicídio, e quando eu vejo a Grace nos trazer uma série de informações  
704 que parece até ignorar o protagonismo que a própria Secretaria tem em sua história, porque foi construir essas  
705 diretrizes, e eu tenho assim desde que cheguei nesse Conselho, em 2018, eu venho insistindo e Cristiane  
706 finalmente como Secretária tem acolhido isso, e já fez o link hoje existente, antigamente não existia, mas o  
707 Conselho das Coordenadorias da Mulher, vamos chamar assim, mas é Cocevid, das Coordenadorias de  
708 Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que todos os tribunais têm, por determinação  
709 do CNJ, depois da edição da Lei Maria da Penha. Eu me sinto na obrigação de até dar notícia não só para as  
710 Conselheiras da Coordenação Política, como para as demais Conselheiras, de que esse evento tem por esse  
711 objetivo e aí vai de encontro, ao que é uma proposta do que Grace fala, sobre a matéria mais nesse aspecto de  
712 discutir. Porque o objetivo seria reunir todas, porque o ideal é que as diretrizes nacionais que já existem, e isso  
713 não é foco, não pode ser foco apenas da atividade policial, mas sim a atividade policial é por onde começa, mas  
714 não adianta também o trabalho da polícia, se o Ministério Público não atribui esse olhar de gênero, porque os  
715 feminicídios, a qualificadora está derretendo, estão sendo afastadas, estão caindo todas nos tribunais do júri em  
716 todo o país. Então era preciso que houvesse esse esforço de que essas diretrizes que já existem, construídas a  
717 partir do protocolo latino americano da ONU, e com a Secretaria Nacional, então isso é uma ação de 2015, que  
718 existe e que ainda não foi implementada. Me parece que a luta era fazer isso, é bom saber, é lamentável que em  
719 eventos como esse, o Conselho também não soubesse para que tivesse presente, poxa, a reunião de todas as



## Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

720 delegadas e tal, quer dizer, de alguma forma também o Conselho, o CNDM pelo menos deveria ser informado, é  
721 a questão de a gente não ter os boletins, está vendo a Coordenação Política, a gente deliberou isso e tal, e os outros  
722 conselheiros ainda não estavam sabendo, eu estava ocupada com as eleições, com o trabalho da Justiça Eleitoral  
723 e Crislane mandou, e tem esse evento marcando justamente esse período de enfrentamento à violência contra a  
724 mulher essa semana, que é esse período, uma semana, esse período que é estabelecido como marco pela ONU. E  
725 que a Secretaria vai promover. Eu só me preocupo, eu fiquei confusa com as informações que foram passadas,  
726 especialmente por Grace, mas também por Salete, com relação à primeira apresentação, eu só fiquei na dúvida de  
727 onde, em que municípios estão havendo aquelas ações. Mas o que é, o que já existe com o que está proposto. Eu  
728 sou Juíza de Vara de Violência Doméstica e Familiar, e quando eu vejo falar no IAM, que aqui também tem essa  
729 proposta de integração, por exemplo, e que ainda não aconteceu, tirando o Mato Grosso, está no Mato Grosso do  
730 Sul está tudo muito bem, mas esse NUIAM é do Distrito Federal, não é? Pelo Mato Grosso do Sul, porque já  
731 existia toda uma estrutura nisso, o Acre com a Desembargadora Eva Evangelista, é espetacular, mas, dá a entender  
732 assim como uma coisa que já estava, a gente nem tem conhecimento do núcleo, que a Bahia até fez uma proposta  
733 de integração na própria Casa da Mulher Brasileira aqui, mas agregando o judiciário, todas as varas, e isso aí está  
734 amarrado nas questões políticas locais e até judiciais, o próprio Tribunal de Justiça apresentou esse pedido para a  
735 Ministra. Então às vezes a gente fica confuso com o que existe e com o que é planejamento. Por isso que até  
736 houve um pedido anterior no sentido de que nós soubéssemos de todos os projetos para poder também se alinhar,  
737 tanto a gente defender, tanto a gente sugerir a partir dessas realidades, e quando eu pergunto aos municípios, não  
738 é questão de pôr em dúvida, é por que outro dia eu tive uma informação de um recurso que tinha vindo das verbas  
739 já empenhadas que tinha, e podemos cobrar o resultado, chegar e dizer, olha tem esse recurso aqui, cadê que a  
740 gente não viu, por que a gente que está na ponta, a gente que está a cá no estado, faz esse controle, esse controle  
741 no sentido positivo, no sentido de fazer acontecer aquilo que é objeto. Então são essas as considerações, eu me  
742 senti assim numa terra do nunca, porque vocês são excelentes, mas a forma como foram passadas as informações,  
743 eu fiquei sem saber o que é projeto futuro, o que está efetivamente funcionando, e para a gente saber de que forma  
744 a gente busca para os estados respectivos, esta implementação dessas ações tão importantes. Sra. Grace Justa –  
745 Diretora de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - SNPM/MMFDH – Responde dizendo  
746 que acha junto a reclamação, que é muito importante o fato que tenham pleno conhecimento de todas as políticas.  
747 “A gente viveu um ano muito difícil, criando essas coisas, eu sei que toda Secretaria trabalhou muito, mas eu vou  
748 falar aqui do meu departamento, que é onde eu trabalho, a minha realidade aqui. Tivemos uma produtividade  
749 muito maior, ao longo da pandemia, porque ficamos em home office durante um bom tempo, produzimos muito,  
750 precisávamos de fato aproveitar esse período para poder fazer esse orçamento, entrar nesse orçamento. Então  
751 entramos muito fundo para conseguir fazer os TRs, para conseguir fazer os projetos, para poder colocar no  
752 orçamento e realmente está dando certo, estamos fazendo esses empenhos. Ontem inclusive eu tive uma reunião  
753 com o CEUB, que é uma Universidade aqui do DF, que é muito parceira nossa, porque eu acredito muito no  
754 trabalho interligado com as organizações do terceiro setor, com as universidades, e eu fui levando justamente essa  
755 sua queixa, falando que se a gente pudesse ter assim um portfólio com vídeo, para que tudo ficasse muito claro,  
756 para que vocês também pudessem entender completamente, e sugerir, fazer com que essas coisas possam ser  
757 melhores. Então, quando surgir o projeto piloto, se por acaso não houver, não tiver acontecido com a participação  
758 do CNDM, da forma como gostariam que fosse, isso não quer dizer, e eu quero deixar claro aqui, que não que eu  
759 queira que seja assim, que vá ser assim, não, a gente vai procurar sempre a maior integração possível. Mas isso  
760 não quer dizer que a gente não possa retomar, verificar, refazer, fazer a coisa ficar melhor, fazer com que ela  
761 atinja melhor as pessoas. Então foi exatamente esse o tema da reunião de ontem. No sentido de que eu precisava,



## **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

762 e que eles aceitaram inclusive a minha proposta, de fazer um piloto e foi justamente com o NUIAM. Então o que  
763 eles querem, eles vão ajudar a gente a construir uma coisa bem palpável, sabe, um vídeo, mostrando como  
764 funciona, como é, como é que a mulher é acolhida, como que funciona dentro da delegacia, como que funciona  
765 com os psicólogos, e aí para as pessoas terem essa compreensão. E o Conselho também vai poder dizer o que  
766 acha, esse é um projeto que já existe, há anos aqui no Distrito Federal, mas que vai ganhar corpo agora, e vocês  
767 são livres aí para propor coisas melhores, que façam mais diferença do que as ideias que surgiram aqui. Então se  
768 Deus quiser, no ano que vem, a gente vai conseguir atingir esse objetivo, essa sua queixa ela é muito justa,  
769 justíssima. Eu espero fazer parte da solução dela no ano que vem”. A 61º Reunião Ordinária é encerrada.